

Armindo Ngunga
Názia N. Bavo

Práticas linguísticas em Moçambique:
Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos

Colecção:
AS NOSSAS LÍNGUAS IV
Centro de Estudos Africanos (CEA) – UEM
MAPUTO 2011

Ficha técnica:

Título: Uso e práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da
Vitalidade linguística em seis distritos.

Autores: Armindo Ngunga e Názia N. Bavo

Edição: Autores

Capa: Catarina Sara dos Santos

Design e Layout: Catarina Sara dos Santos

Nº de Registo: 7035/RLINLD/2011

Impressão: Ciedima

Tiragem: 1000

Ano: 2011

Dedicatória

*A todos os moçambicanos
que clamam por direitos
linguísticos iguais.*

LISTA DOS CONTEÚDOS

i. Dedicatória	iii
ii. Lista dos conteúdos	v
iii. Lista de abreviaturas	vi
iv. Resumo	vii
v. Agradecimentos	ix
1. Introdução	1
1.1. Objectivos	5
1.2. Metodologia	5
1.3. Organização do estudo	7
2. Fundamentação teórica	9
2.1. Introdução	9
2.2. Extinção, vitalidade, diversidade e manutenção linguísticas	9
3. O paradoxo dos números na situação linguística de Moçambique	14
4. Caracterização da população-alvo	20
5. Principais constatações por domínio	24
5.1. Competência linguística	24
5.2. Transmissão linguística inter-geracional	25
5.3. Mudanças nos domínios de uso da língua	26
5.4. Capacidade de responder a novos domínios e meios de comunicação social	27
5.5. Materiais na língua usados na educação e literatura	28
5.6. Atitude linguística dos falantes	30
5.7. Urgência de documentação (da e na língua)	31
5.8. Número de falantes das línguas e sua proporção em relação à população do país.	31
6. Conclusões	34
7. Recomendações	36
Referências	38
Anexos	41

Lista de abreviaturas

Dists.	Distritos
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
ICS	Instituto da Comunicação Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
Moç.	Moçambique
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
RM	Rádio Moçambique
TVM	Televisão de Moçambique
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Resumo

O presente estudo apresenta resultados da pesquisa sobre a vitalidade linguística em Moçambique com base numa investigação realizada em seis distritos de três Províncias de Moçambique, nomeadamente, Inhambane (Govuro e Inhassoro), Nampula (Ilha de Moçambique e Mossuril) e Sofala Beira e Nhamatanda) de Julho a Outubro de 2010.

Nele, avaliam-se os esforços desenvolvidos pelo país ao longo dos trinta e cinco anos de independência visando o resgate das línguas moçambicanas, a sua revalorização através da sua manutenção, revitalização e documentação, no âmbito das recomendações da UNESCO (2002). Para tal, são discutidos os factores que podem propiciar a extinção das línguas moçambicanas, caso não seja feito um trabalho no sentido de mudança da política de gestão do seu uso com base no princípio de que a diversidade linguística de Moçambique é uma riqueza cuja salvaguarda deve ser da responsabilidade de todos os moçambicanos em geral e dos governantes em particular.

Palavras/expressões-chave: manutenção linguística, vitalidade linguística, diversidade linguística, política linguística e documentação das línguas.

Agradecimentos

A realização do presente trabalho não teria sido possível se não se tivesse beneficiado de apoio directo ou indirecto de muitas pessoas e instituições. Por causa de a quantidade dessas pessoas e instituições ser muito grande, o que nos honra sobremaneira, não será possível mencionar os nomes de todas elas. Pelo que, nesta nota de agradecimentos, vamos apenas mencionar os nomes de umas em representação de todas elas. Assim, agradecemos:

A Direcção da Universidade Eduardo Mondlane pelos esforços realizados para assegurar que o Centro de Estudos Africanos continue um local onde florescem os ideais de liberdade académica, debate de ideias, produção científica e disseminação dos resultados de pesquisa.

A Representação da UNESCO em Moçambique, que financiou a pesquisa e custeou as despesas inerentes à publicação deste documento. Neste caso particular, queríamos referir de forma muito especial a Dra Mieke Oldenburg pelo encorajamento e confiança.

Os colegas Aníbal Vitorino, Crisófia Langa, José Miranda, Názia Bavo, Sérgio Omar, Seferino Ugembe que, como assistentes de investigação, se deslocaram aos distritos de Govuro, Inhassoro, Ilha de Moçambique, Mossuril, Nhama-tanda e Cidade da Beira para realizar o trabalho de campo em que se fez a recolha dos dados aqui analisados.

Todos os informantes que responderam aos inquéritos facultando elementos importantes sobre as práticas linguísticas nos respectivos locais de residência, bem como todos aqueles que deram apoio multiforme para que as equipas de trabalho pudessem recolher todos os dados relacionados com o tema da presente investigação.

Todos os membros do corpo de investigadores e do corpo técnico administrativo do Centro de Estudos Africanos pela consciência da transversalidade das áreas científicas como condição para a transformação do nosso centro em instituição de excelência na investigação em ciências sociais e humanas.

As nossas famílias e as dos assistentes de investigação que aceitaram o convite de fazerem parte deste projecto, mesmo que tal significasse adiamento do cumprimento de algumas obrigações sociais.

I. Introdução

Moçambique é, tal como a maioria dos países africanos, um país multilingue e multicultural onde coexistem muitas línguas africanas do grupo bantu com outras não africanas entre europeias e asiáticas. Dados do Recenseamento Geral da População realizado em 2007 indicam que as línguas africanas do grupo bantu continuam a constituir o principal substracto linguístico de Moçambique por serem línguas maternas de mais de 80% de cidadãos de cinco anos de idade ou mais. Os mesmos dados indicam que cerca de quinze milhões de moçambicanos de 5 cinco ou mais anos de idade, 10,8% falam Português como língua materna e 0,23% falam línguas estrangeiras que não são especificadas nos dados do INE (www.ine.gov.mz).

Como consequência do domínio colonial português, o país adoptou o Português como língua oficial pretensamente por ser aquela que se apresentava como a mais desenvolvida e melhor equipada para cumprir as exigências de comunicação num estado moderno que na altura da independência se ansiava construir.

As relações entre a língua portuguesa e as línguas moçambicanas durante o tempo colonial eram reflexo de relações próprias de colonizador e colonizado. Com efeito, o colonialismo português nunca reconheceu às línguas moçambicanas o estatuto de línguas, subtraindo-lhes todos os predicados susceptíveis de encorajar os moçambicanos a usarem e a ensinarem aos seus filhos como línguas de cultura e de acesso ao conhecimento. Para cumprir este desiderato de esvaziamento de todos os elementos capazes de contribuir para a valorização destas línguas, o colonialismo português adoptou o estatuto de assimilado através da Portaria nº 137/1917, de 10 de Janeiro, publicada no Boletim Oficial da Província de Moçambique, nº 2, I Série.

A visão expressa neste documento legal do governo colonial português contrasta com a das práticas comuns dos colonizadores dos países vizinhos de Moçambique que preconizavam um tipo de política linguística que favorecia o desenvolvimento separado. Apesar dos seus efeitos nefastos que depois propiciaram o surgimento de regimes declaradamente racistas, minoritários e segregacionistas na região Austral

da África, nomeadamente, a África do Sul, a Rodésia e o Sudoeste Africano, os sistemas contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência linguística africana e um espírito de auto-estima dos africanos em relação ao que é africano, facilitando a massificação do uso das línguas africanas nos mais variados sectores de actividades sócio-económicas das respectivas sociedades.

Este dado histórico explica, em parte, o porquê das discrepâncias entre a assumida, e formalmente inexistente, política linguística de Moçambique eminentemente lusocentrista que exclui a participação das línguas africanas na vida pública dos moçambicanos, e dos outros países da região para os quais é inconcebível uma política linguística de um país africano sem participação activa das línguas africanas.

Na verdade, uns melhor organizados do que outros, todos os países da região têm no seu sistema de educação as línguas africanas que são línguas maternas da maioria dos seus cidadãos, têm as línguas africanas em todos os meios de comunicação social, usam as línguas africanas ao lado das línguas coloniais como instrumentos de trabalho nos respectivos parlamentos, etc., só para mencionar algumas áreas em que Moçambique se apresenta como um dos casos raros no mundo inteiro.

Por meio da referida Portaria nº 137/1917, de 10 de Janeiro, o governo colonial português dava, assim, um passo gigantesco na sua política de extinção do elemento mais representativo do património cultural intangível dos moçambicanos, as suas línguas. Através daquela Portaria, o colonialismo português proibia, de forma inequívoca, o uso das línguas moçambicanas encorajando o seu abandono através de medidas que visavam inculcar nos africanos de Moçambique a mentalidade de desprezo da sua própria cultura, das suas próprias línguas, marcas fundamentais da sua personalidade colectiva.

Foi neste ambiente ideológico que se formou e se desenvolveu a mente de muitos moçambicanos incluindo alguns que mais tarde pegariam em armas para combater contra o colonialismo português em Moçambique. Desta forma, pode-se entender a razão por que a questão linguística raramente foi debatida com profundidade que ela merecia no seio da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) ou com a mesma frontalidade e franqueza com que foram discutidos todos os

outros assuntos que constituíam condição fundamental para se falar de liquidação de todos os vestígios da máquina colonial. Apesar de ainda durante a luta armada, Mondlane (1969) ter incluído no seu livro uma boa parte de informação sobre as línguas e grupos étnicos de Moçambique, esta não estava difundida nem disponível para a maioria dos estudiosos moçambicanos.

Dez anos depois de 25 de Setembro de 1964, data do início da luta armada de libertação nacional, viria o fim da guerra em que saiu vitorioso o povo moçambicano. A língua portuguesa, já apelidada de “troféu de guerra” e “símbolo da unidade nacional,” sobreviveu imaculada e ganhou novo estatuto, o de primeira e única língua oficial de Moçambique independente.

Conquistada a independência, a 25 de Junho de 1975, todas as manifestações culturais de Moçambique ficaram liberas e regeneradas com excepção de uma, as línguas moçambicanas. Na política externa, Moçambique apresentou-se, e ainda hoje se apresenta, ao mundo, como país de língua portuguesa. A nível interno, foram alargados os espaços de uso desta língua com destaque para a alfabetização e educação de adultos, e continuou o desencorajamento do uso das línguas moçambicanas, agora com nova razão, necessidade de consolidação da unidade nacional que, segundo se dizia, só seria possível através do uso intensivo da língua portuguesa.

Como consequência do estado de coisas aqui descrito, trabalhos de promoção e desenvolvimento de línguas moçambicanas ficaram adiados por muito tempo porque os projectos neste sentido eram sempre vistos como tentativa de incitamento ao tribalismo e divisionismo, entre outros males que eram alvos de combate no processo da consolidação da independência nacional.

As discussões internas sobre questões de política linguística do país no seio da FRELIMO continuaram assuntos que nunca poderiam transpirar para além dos meandros do partido. Os documentos produzidos sobre esta matéria quer do Ministério da Educação e Cultura (1980), quer da Secretaria de Estado da Cultura (1983), quer ainda do Ministério da Cultura (1988), e mesmo do próprio Comité Central da FRELIMO (IX Sessão do Comité Central da FRELIMO realizada em 1983, antes do IV Congresso) continuaram “secretos” por muito tempo.

Por estas e outras razões, não é de estranhar que hoje, quando se faz o trabalho sobre a política linguística de Moçambique, tais documentos nunca sejam referidos. No referido período, a academia moçambicana permaneceu cúmplice de um silêncio tenebroso que só viria a ser quebrado com o trabalho de Yai (1983), consultor da UNESCO cuja missão visava realizar uma investigação para facultar ao governo moçambicano elementos para definição de política linguística do país.

Como se vê, muita documentação sobre política linguística foi produzida no início dos anos de 1980, com destaque para 1983. Mas também, se deve referir que, diferente do que se poderia esperar da FRELIMO em matérias de impacto na vida das populações, como seria o caso de política linguística do país, nenhum destes documentos foi alvo de debate público. Não há elementos que permitam explicar as razões por detrás de uma elevada produção nesse ano de 1983 e um silêncio total sobre o assunto nos anos subsequentes.

Por causa do secretismo mantido pelas autoridades partidárias e governamentais, o trabalho da UNESCO (Yai 1983) acabou sendo uma grande revelação que viria catapultar a realização de estudos sobre a situação linguística de Moçambique. Por isso é que praticamente nessa altura começam, ainda titubeantes, a fazer-se ouvir algumas vozes de académicos que defendem a necessidade de promoção do uso das línguas moçambicanas através do alargamento do número de línguas na comunicação social, bem como da sua introdução no sistema da educação como forma de assegurar a participação da maioria dos moçambicanos no processo de desenvolvimento (Katupha 1984, 1985, Ngunga 1985). Daí em diante, mais vozes (Firmino 2000, 2002; Katupha 1988; Liphola, 1988; Lopes 1999; Ngunga 1987, 1990, 1991, 1992) se fizeram ouvir aumentando com elas o número de membros do “grupo de pressão” constituído por académicos, pedagogos, profissionais da comunicação social, religiosos e outros praticantes de línguas.

O trabalho deste grupo de pressão culminaria com a realização, em 1988, do I Seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas, ao que se seguiram outros dois, em 1999 e 2008. Através destes seminários, cujos relatórios foram publicados em 1989, 2000 e

2011, respectivamente, foram sendo lançadas e consolidadas as ideias sobre a necessidade de introdução das línguas moçambicanas no sistema formal de ensino e expansão do seu uso nos meios de comunicação social e outras áreas de desenvolvimento sócio-económico do país.

De forma sumária, fica assim traçado o percurso histórico do debate sobre as línguas moçambicanas onde são apresentadas algumas razões por que elas ainda continuam línguas ameaçadas e em perigo de extinção, não por serem numericamente minoritárias, mas por serem minoritárias em termos de espaço social que lhes é reservado como meios de expressão e comunicação.

1.1 Objectivos

O presente trabalho visa essencialmente atingir os seguintes objectivos:

- Avaliar a situação de vitalidade, manutenção e documentação das línguas moçambicanas faladas nos locais de recolha de dados, bem como a situação de perigo de extinção das mesmas;
- Fazer uma análise situacional que permita definir estratégias de manutenção da vitalidade linguística tendo em conta as diferenças entre os contextos urbano e rural e, particularmente, o papel da família, da escola bem como, de forma especial, da juventude na preservação da língua para as futuras gerações;
- Identificar áreas de intervenção imediata para se assegurar a vitalidade e manutenção linguística nos distritos estudados;
- Propor medidas que permitam mitigar o perigo de extinção das línguas moçambicanas.

1.2 Metodologia

A realização do presente estudo foi precedida de um trabalho que consistiu na colecta e sistematização da literatura existente sobre o estado da arte da área (a situação linguística de Moçambique, língua e educação, língua e comunicação social, língua e desenvolvimento, planificação linguística, política linguística de alguns países da região) e toda a documentação que tenha relação com a questão básica: Vitalidade e perigo de extinção das línguas. Com base na referida revisão de literatura, elaborou-se o

projecto que, entre outros elementos, incluía um guião de entrevistas semi-estruturadas com base no qual se iria proceder à colecta de dados nos dois distritos identificados em cada uma das três províncias.

Depois deste trabalho, foram constituídos três grupos de dois assistentes de investigação, que iriam realizar o trabalho de campo durante uma semana em cada província. Pelo menos um membro de cada grupo de dois era falante de pelo menos uma língua do local aonde se ia fazer a pesquisa. As questões das entrevistas foram elaboradas com base nos nove factores referidos no documento da UNESCO sobre “Vitalidade Linguística e Perigo de Extinção de Línguas” (UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages, 2002).

Para a execução do projecto foi eleito o método qualitativo, com possibilidade de se cruzar com algumas técnicas quantitativas que se achassem relevantes no processo da análise de dados.

As perguntas das entrevistas concebidas para serem respondidas por pessoas individuais e outras por grupos focais compostos de membros de vários segmentos sócio-demográficos das comunidades visadas, foram elaboradas na língua portuguesa com a possibilidade de tradução para as línguas locais quando tal se achasse necessário para facilitar as intervenções dos não falantes da língua oficial.

O trabalho de campo foi realizado de 19 a 25 de Julho de 2010 em seis distritos (Guvuro, Inhassoro, Ilha de Moçambique, Mussoril, Beira e Nhamatanda). Uma vez que na sua deslocação ao terreno dois grupos de assistente de investigação não tinham entrevistado a totalidade do número de pessoas estabelecido no projecto, os assistentes Zeferino Ugembe e Sérgio Omar deslocaram-se a Mambone e Mossuril, respectivamente, para o efeito, o que aconteceu nos dias 29 de Julho a 2 de Agosto de 2010.

No campo, o registo dos dados a serem recolhidos deveria ter sido feito com recurso à caneta e papel (no acto de preenchimento das fichas das entrevistas) e à fita magnética ou gravador digital como apoio. Todavia, muitos entrevistados não acolheram com agrado este tipo de registo

magnético, o que determinou que se recorresse quase exclusivamente à tomada de notas com base em bloco e caneta e muito pouco uso se fez do registo sonoro.

O pouco registo sonoro aconteceu quando alguns intervenientes queriam, mais do que responder às perguntas da entrevista, contar alguma história sobre a língua ou sobre o local ou as pessoas da região. Este material, porque de importância marginal para os objectivos da presente pesquisa, ainda carece de transcrição e tradução, embora em alguns casos, o seu conteúdo tenha sido, na sua essência, incorporado no presente texto através dos diários de campo em anexo. Por isso, sugere-se que à leitura dos diários seja dada a mesma importância que se der a todo o corpo principal do trabalho.

Durante o trabalho de campo, foram elaborados diários¹ de campo que davam conta das ocorrências diárias e permitiam fazer-se o balanço do trabalho desenvolvido em cada etapa.

Após o trabalho de campo, as entrevistas e os sujeitos entrevistados foram codificados, os dados descritos, com base em análise de conteúdos das entrevistas. Foi depois desta descrição de dados que se fez o seu tratamento estatístico com vista a uma melhor análise dos dados recolhidos.

1.3 Organização do estudo

O presente estudo apresenta resultados da investigação sobre a vitalidade das línguas moçambicanas realizada pelo Centro de Estudos Africanos em seis distritos de três Províncias de Moçambique, nomeadamente, Govuro e Inhassoro (Província de Inhambane), Ilha de Moçambique e Mossuril (Província de Nampula), Beira e Nhamatanda (Província de Sofala).

Nele, avalia-se em que medida terão logrado sucesso os esforços desenvolvidos ao longo dos trinta e cinco anos de independência visando o resgate das línguas moçambicanas, a sua revalorização através da sua manutenção, revitalização e documentação, no âmbito das recomendações da UNESCO (2002). Para tal, são discutidos os factores que podem propiciar a extinção das línguas moçambicanas, caso não seja

¹ Em anexo.

feito um trabalho no sentido de mudança da política de gestão do seu uso com base no princípio de que a diversidade linguística de Moçambique é uma riqueza cuja salvaguarda deve ser da responsabilidade de todos os moçambicanos em geral e dos governantes em particular.

Assim, em termos de organização, além da introdução que inclui os objectivos, a descrição da metodologia, bem como a organização do estudo, ele estrutura-se da seguinte maneira: 2. Funamentação teórica, onde se passa em revista alguma literatura especializada consultada na realização quer do projecto, quer da análise de dados; 3. O paradoxo dos números na situação linguística de Moçambique, onde faz a descrição da situação linguística do país e a sua relação com o estatuto das línguas aqui existentes; 4. Caracterização da população-alvo, onde se faz a descrição do grupo-alvo; 5. Principais constatações da pesquisa por domínio, onde se relaciona cada domínio com os resultados da análise dos dados dos distritos; 6. Conclusões, onde se destacam os principais pontos a reter desta pesquisa; 7. Recomendações, onde identificam os principais domínios que necessitam de intervenção, o tipo de intervenção e possíveis entidades, sem excluir outras, intervenientes.

2. Fundamentação teórica

2.1. Introdução

Vivemos num mundo de mudanças significativas que provocam crises a todos os níveis da vida do mundo e das sociedades.

No que diz respeito ao objecto do presente estudo, assiste-se em todo o mundo a cada vez maior falta de vontade de os seres humanos partilharem em paz e harmonia os mesmos espaços geográficos, políticos linguísticos e culturais, facto que deve preocupar a todos os membros da espécie humana, pois é responsabilidade de todos encontrar medidas que visem a mitigação dos seus efeitos.

A presente pesquisa pretende ser mais uma voz de apelo à advocacia em defesa do elemento que consitui a essência do ser humano, as línguas. O desaparecimento das línguas, que se manifesta de diversas maneiras, é uma das formas de extinção do ser humano porque com cada língua que morre, vai-se uma cultura, vai-se uma parte da diversidade humana. Com efeito, segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) mais de 6700 línguas são faladas em todo o mundo. Destas línguas, cerca de 2500 correm perigo de extinção nos finais do século XXI, (Ethnologue, 2011).

No Atlas sobre extinção linguística publicado pela Unesco (2011), Moçambique apresenta-se como um país multilingue. Todavia, não se refere ao perigo de extinção das línguas moçambicanas. Com efeito, à excepção da língua oficial, todas as línguas membros do referido multilinguismo encontram-se em perigo de extinção. A presente secção pretende discutir alguns aspectos teóricos sobre os conceitos-chave da presente pesquisa, nomeadamente, *extinção linguística*, *vitalidade linguística*, *diversidade linguística* e *manutenção linguística*.

2.2. Extinção, vitalidade, diversidade e manutenção linguísticas

Um dos conceitos básicos discutidos no contexto da diversidade linguística é a morte de uma língua que é o seu desaparecimento em três prismas (Cristófar-Silva, 2002: 56): “o primeiro diz respeito à situações

em que o investigador não consegue apurar os factos do desaparecimento da língua, pois não existem falantes ou se existem é apenas um ou poucos falantes vivos; o segundo relaciona-se à opressão política imposta aos falantes (para não utilizar mais a sua língua) (...); e o terceiro e último refere-se a uma língua que não pode ser usada coloquialmente e é mantida apenas em situações de ritual.” Muitas vezes, os participantes do ritual em que a língua é utilizada não sabem o conteúdo semântico do que se é dito.

Para a UNESCO (2011), uma língua morre quando o seu último falante e com ela desaparece uma maneira de olhar e organizar o mundo, específica da comunidade que a fala. Com ela desaparece também o conhecimento e o saber acumulado por essa comunidade durante sua história.

Numa outra perspectiva, Hagège (2004: 79) refere que “o desaparecimento de uma língua tem a ver com as catástrofes naturais e ainda com a pressão simbólica que o falante pode ter”. Tal facto pode ser visto como uma espécie de sobrevivência na medida em que se abandona uma língua para se preservar, muitas das vezes, a própria vida.

Sem dúvida, a extinção de uma língua é uma perda incomparável e inestimada para a diversidade humana. Embora haja todas essas formas retratadas a respeito da morte da língua, a mais comum é a morte dos últimos falantes duma língua como aconteceu com *eyak*, após a morte de Marie Smith Jones, no Alasca, em 2008, segundo a UNESCO (2011).

Entretanto, considerar apenas a morte da língua como um facto individual que se liga à morte de um indivíduo não é tão plausível como se julga, pois a língua é um meio social que nasce, cresce, desenvolve-se e morre (Cristófaros-Silva, 2002). Trata-se, portanto, de um processo gradual, lento e colectivo. Tal processo inicia-se quando “se interrompe a transmissão da língua às outras gerações, ou seja, quando se deixa de ser ensinado o idioma do grupo (...)” (Hagège, 2004: 101).

Em Moçambique dificilmente se pode afirmar que uma língua desapareceu ou que existe a extinção de línguas. No entanto, existem línguas ou variedades linguísticas que já não são utilizadas no seu quotidiano, como é o caso de *Mabangwe* - língua ou variedade de uma ou duas línguas (Sena ou Nda) do distrito da Beira, Província de Sofala. Segundo alguns

falantes, esta é a língua originária do povo Beirense. Porque as línguas sofrem uma transformação cultural de acordo com o tempo, pode-se afirmar que *Mabangwe* não é uma língua extinta em Moçambique, mas uma variedade que está a sofrer alterações. Salienta-se nestes casos, que as línguas desaparecem em curto espaço de tempo e os factores que levam ao seu desaparecimento não são exclusivamente linguísticos.

Fishman (2006:406-436) aponta, entre vários, alguns factores que podem levar à morte linguística. São eles “geográfico, político, quantidade de falantes, distância dos grandes centros, motivação e tamanho etc.” Estes factores, segundo este autor, “podem motivar que um falante de língua minoritária abandone a sua língua devido ao seu baixo prestígio. Ainda de acordo com este autor, a reversão à mudança da língua é o campo de estudo de planeamento que busca melhorar as condições ecológicas do uso das línguas que sofrem com uma prolongada balança desfavorável de usuários e usos. A reversão a mudança linguística só é possível se estiver ancorada no esforço um conjunto vindo de dentro do grupo étnico minoritário, e se for intergeracional e demograficamente na casa-família-bairro.”

Assim, o esforço colectivo dos falantes da língua minoritária pode tornar acções políticas mais eficazes na busca de respostas de instituições municipais, regionais e nacionais quanto à promoção das línguas na esfera da educação e do trabalho. Dessa forma, a manutenção ou mudança da língua minoritária é fruto colectivo de valores e padrões de escolha linguística dos sujeitos.

As atitudes negativas podem levar a mais rápida extinção de uma língua minoritária, mas isso não quer dizer que apenas as atitudes positivas sejam suficiente para salvá-la. Com efeito, apesar de falantes das línguas minoritárias apresentarem atitudes positivas em relação à sua língua, eles podem não querer transmití-la a seus filhos, para que eles não passem pela mesmas dificuldades de aprender a língua maioritária em aula de língua e nem pelo preconceito quanto ao sotaque. Fishman (op. cit) salienta que para reverter o processo de mudança linguística, o sentimento de inferioridade dos falantes deve ser alterado.

Casos há em que a mudança linguística é fruto de uma acção livre do indivíduo em não querer falar, e muito menos a transmitir aos seus

filhos. Não se quer com isso dizer, que não existam forças coercivas que favoreçam o uso exclusivo de língua majoritária. Pelo contrário, por mais invisíveis que sejam as opressões por forças sociais e psicológicas, o poder de escolha dos falantes é tão restrito que não existe liberdade real.

Ainda no âmbito dos factores que podem aliciar a mudança linguística, verifica-se nos dias de hoje, a proibição de uso das línguas minoritárias na escola em comunidades bilingues” (Altnhofen, 2004), realidade bem conhecida da maioria de moçambicanos. Em Moçambique, essa proibição representa, segundo este autor, “uma prática política de assimilação da cultura e língua majoritária², colocando o falar a língua portuguesa como condição para ser cidadão moçambicano. É uma concepção pedagógica de silenciamento da língua materna vista como interferência na aquisição do português” (Altnhofen, 2004: 83-93). Logicamente que essa atitude discriminatória à identidade social e individual dos alunos acaba por ser assimilada pelos membros da comunidade que, como pais bilingues, muitas vezes deixam de ensinar a sua língua materna para que os seus filhos não se sintam excluídos da escola ou da sociedade em geral.

Para uma manutenção linguística, Cummins (2000) sugere um conceito novo: “Tomada de poder” que pode ser associado ao desenvolvimento de autonomia na sala de aula. Autonomia é aqui entendida como um processo contínuo de tomada de atitudes transformadoras do aprender e de si próprio levadas pela curiosidade do mundo e pela reflexão crítica do próptio agir sobre o mundo.

Desta forma, a sala de aula deve fomentar a desconstrução de crenças e valores que o olhar do outro traz. A tomada de consciência de seu papel social e a formação de uma identidade cultural confiante pode fomentar a tomada de poder pelo estudante minoritário, mesmo que seja um poder ainda limitado pela esfera política, institucional. A escola pode, assim, exercer um papel importante para a manutenção da língua e das culturas minoritárias a partir da promoção de decisões conscientes tomadas em sala de aula. Para tal, parece imprescindível que as línguas minoritárias obtenham lugar nas escolas para que, com o aumento do seu prestígio, seus falantes possam ver uma consideração por parte das instituições sobre quem são e ter a sua auto-estima recuperada.

² Nossa nota: Na verdade, no caso de Moçambique, a língua portuguesa não é “majoritária”!

Assim e de acordo com Fishman (2006), as línguas minoritárias devem ser consideradas como recursos naturais de uma nação, imprescindíveis para seu enriquecimento tanto linguístico quanto cultural, como diferencial para seus cidadãos diante da globalização e modernização. Para que se consolide, é preciso implementar políticas de planeamento que estejam centradas na democracia cultural e nos direitos iguais dos grupos étnicos.

3. O paradoxo dos números na situação linguística de Moçambique

Dados do INE (2010) sobre a situação linguística de Moçambique revelam que além da língua portuguesa, de outras “línguas moçambicanas”, “línguas estrangeiras”, “línguas desconhecidas” e a(s) língua(s) de sinais, usadas como línguas maternas por pessoas de 5 ou mais anos de idade, em cada uma das províncias, estão identificadas as seguintes línguas assim distribuídas.

Tabela 1: Distribuição de línguas faladas por população de 5 ou mais anos de idade.

Nº	Língua	Falantes	%	Província onde se fala
1	Makhuwa	4.097.788	26.1	C. Delgado, Nampula, Niassa, Sofala, Zambézia
2	Português	1.693.024	10.8	Todas as províncias do País
3	Changana	1.660.319	10.5	Gaza, Maputo, Maputo Cidade, Inhambane, Niassa
4	Sena	1.218.337	7.8	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
5	Lomwe	1.136.073	7.2	Nampula, Niassa, Zambézia
6	Nyanja	903.857	5.8	Niassa, Tete, Zambézia
7	Chuwabu	716.169	4.8	Nampula, Sofala, Zambézia
8	Ndau	702.464	4.5	Manica, Sofala
9	Tshwa	693.386	4.4	Gaza, Inhambane, Maputo, Sofala
10	Nyungwe	457.292	2.9	Manica, Tete
11	Yaawo	341.796	2.2	Cabo Delgado, Niassa
12	Copi	303.740	1.9	Gaza, Inhambane, Maputo, Cidade de Maputo
13	Makonde	268.910	1.7	Cabo Delgado
14	Tewe	259.790	1.7	Manica
15	Rhonga	235.829	1.5	Gaza, Maputo, Maputo Cidade, Inhambane
16	Tonga	227.256	1.5	Gaza, Inhambane, Maputo, Cidade de Maputo
17	Manyika	133.961	0.9	Manica
18	Cibalke	112.852	0.7	Manica

19	Mwani	77.915	0.5	Cabo Delgado
20	Koti	60.771	0.4	Nampula
21	Shona	35.878	0.2	Tete
22	Swahili	15.255	0.1	Cabo Delgado
23	Lgs dos Sinais ¹	7.503	0.05	Todas as províncias
	Outras LMs	310.259	2.0	Todas as províncias
	Total	15.670.424 ³	100.0	Todas as províncias

Fonte: INE (2010). www.ine.gov.mz.

Considerando os cinco anos de idade como idade mínima tomada pelo INE como referência para se considerar um ser humano como falante de uma língua, a Tabela acima mostra que em Moçambique existem 15.833.572 usuários de alguma língua.

Como se pode verificar na mesma Tabela, em termos numéricos, a situação linguística de Moçambique favorece o uso massivo das línguas bantu no dia-a-dia dos moçambicanos quer aos níveis formais quer aos níveis informais. Todavia, tal não se verifica porque, à semelhança de muitas ex-colónias africanas, Moçambique adoptou a língua do ex-colonizador como língua oficial depois da independência nacional em 1975. Aliás, a questão de uma política linguística que reservava um lugar privilegiado à língua portuguesa já se adivinhava ainda durante o tempo da luta armada de libertação nacional quando pouco ou nada se discutia sobre o futuro das línguas moçambicanas cuja promoção era considerada nociva à unidade nacional.

No entanto, a língua portuguesa que, embora com menor número de falantes do que algumas línguas moçambicanas, já tinha a vantagem de ser a língua mais espalhada por todo o país. Por isso, como língua da elite que liderava o movimento de libertação, era apelidada de guardiã da unidade nacional de que os moçambicanos precisavam para vencer a luta. Todavia, não obstante os esforços empreendidos pelo Estado moçambicano de promover esta língua desde que o país se tornou independente, o conhecimento do português pelos moçambicanos resume-se estatisticamente na tabela que se segue, onde se ilustra a distribuição de seus falantes de cinco anos ou mais de idade, por província:

³ Aqui chamadas "línguas dos mundos"

Tabela 2: *Língua Portuguesa por província.*

	Província	População total	Falantes de Português	%
1	Maputo Cidade	959.474	412.162	43.0
2	Maputo Província	1.025.871	283.665	27.7
3	Sofala	1.338.709	177.655	13.3
4	Zambézia	3.021.246	277.906	9.2
5	Nampula	3.183.399	277.223	8.7
6	Niassa	904.784	61.223	6.8
7	Manica	1.131.269	64.057	5.7
8	Inhambane	1.058.135	57.782	5.4
9	Gaza	1.024.911	49.231	4.8
10	Cabo Delgado	1.306.724	44.914	3.4
11	Tete	1.415.977	44.988	3.3

Fonte: INE (2010). www.ine.gov.mz

A Tabela acima mostra alguma tendência de as províncias onde se localizam os maiores centros urbanos serem aquelas que albergam a maioria de falantes da língua portuguesa como língua materna. Mas esta leitura é apenas aparente, pois a província de Sofala, onde se localiza a segunda maior cidade do país está em terceiro lugar, depois da província de Maputo, e não em segundo como seria de esperar se a afirmação fosse correcta. Entretanto, o facto de Sofala estar em terceiro lugar é facilmente compreensível, se se considerar que hoje está cada vez mais diluída a fronteira sócio-económica entre as cidades de Maputo, (capital do país) e Matola (capital da província de Maputo) que são muito interdependentes. Mas o mesmo não se pode dizer da província de Nampula, aquela onde se localiza o terceiro maior centro urbano do País, que na tabela aparece em quinto lugar, depois da Zambézia. Mais uma vez, se se considerar que Quelimane seja a quarta maior cidade do país, talvez se diga que a alternância de posições entre a terceira e a quarta não seja algo doutro mundo.

O que pode ser surpresa para o moçambicano comum é que a Zambézia ocupe o quarto lugar depois das províncias de Sofala e Maputo. Portanto, se for verdade o que muitas vezes se afirma sobre a Zambézia como a província onde mais se fala Português depois da cidade de Maputo, pelo menos os dados mostram que muitos que falam Português aprenderam fazer-no como língua segunda. Isto é, como língua materna, a Zambézia é a província onde mais se fala Português depois da Cidade de Maputo e das províncias de Maputo e Sofala.

Mas a maior surpresa da tabela 2 é a província do Niassa, aqui posicionada em sexto lugar. Esta província desfaz por completo a teoria dos “da províncias com grandes centros urbanos”. Senão vejamos. Com uma população de 141.274 habitantes, a cidade de Lichinga, a capital da província do Niassa, é a menor cidade capital provincial de Moçambique. Além desta cidade, a província do Niassa só tem mais uma cidade, Cuamba, com uma população 79.848. habitantes. Portanto, a segunda cidade do Niassa tem 61.426 habitantes menos do que a cidade de Lichinga. O resto dos aglomerados populacionais do Niassa, entre as sedes distritais e postos administrativos, são umas modestas vilas e aldeias. Entretanto, é nesta província onde se fala, proporcionalmente, mais Português do que em Manica (sétimo lugar), Inhambane (oitavo lugar), Gaza (nono lugar), Cabo Delgado (décimo lugar) e Tete (décimo primeiro lugar).

Esta situação é sinal de mau agouro para as línguas do Niassa. Ela sugere que as línguas do Niassa correm perigo de extinção. O facto de se verificar um crescimento desproporcional do número de falantes da língua portuguesa testemhunha que não há transmissão intergeracional das línguas locais de pais para filhos. Isto é, muitos pais estão a dexistir de transmitir a sua língua aos seus filhos a quem oferecem a língua portuguesa como língua primeira. Portanto, os habitantes do Niassa estão a dexistir das suas línguas para adoptar a língua portuguesa, o que é um perigo se se tiver em linha de conta que esta é a província menos populosa do país.

O presente projecto não incluiu nenhum distrito da província do Niassa. Teria sido interessante comparar os dados do recenseamento com dados deo campo para melhor se poder interpretar e compreender o fenómeno.

Portanto, tirando o caso insólito do Niassa, apesar de nos anos que

se seguiram à independência ter sido considerável o esforço de encorajar todos os moçambicanos a desistirem das suas línguas a favor da língua oficial, os resultados mostram que este projecto falhou nas províncias mais populosas do país onde os números mostram estar aquém do que se poderia esperar.

O encorajamento da aprendizagem da língua portuguesa durante a luta armada e nos primeiros anos da independência eram algumas acções que conspiravam a favor de uma espécie de perpetuação da política linguística colonial que tentava extinguir as línguas moçambicanas.

Ao condicionar a participação dos moçambicanos no processo de reconstrução e desenvolvimento de Moçambique ao conhecimento da língua portuguesa, já se podia adivinhar o papel que os libertadores da pátria estavam a reservar neste processo à camada da população moçambicana que no passado era chamada indígena.

O presente estudo visa relacionar o carácter plural da sociedade moçambicana e a forma como os moçambicanos têm estado a tentar mudar o curso dos acontecimentos para se criar um ambiente favorável à diversidade e vitalidade linguísticas e ao reconhecimento e desenvolvimento de multilinguismo, marca mais visível da multiculturalidade moçambicana.

Uma vez que o discurso formador da opinião pública moçambicana, veiculado exclusivamente na língua portuguesa, fornece à sociedade e ao mundo uma realidade linguística distorcida do país, achou-se de suma importância a recolha de dados autênticos na avaliação da vitalidade linguística e da ameaça das línguas à extinção, tendo como referência os nove factores definidos pela UNESCO⁴.

É escusado repetir que os desfavorecidos seculares precisam de tomar as rédeas do conhecimento para se libertarem definitivamente da desvantagem imposta pela impossibilidade de produção, acesso e disseminação do conhecimento através das suas línguas.

Estes desfavorecidos são todos os moçambicanos que, porque não percebem a língua oficial, não participam na sua plenitude na tomada de

⁴ Factores: 1: Transmissão inter-geracional da língua; 2. Número absoluto de falante; 3. Proporção do número de falantes na totalidade da população; 4. Mudança nos domínios de uso da língua; 5: Resposta a novos domínios e na comunicação social; 6: Material de ensino de língua e alfabetização.

decisões políticas que afectam as suas vidas, não gozam dos seus direitos constitucionais de exercerem a cidadania, não participam com a devida responsabilidade na construção da democracia e criação da riqueza para o seu bem-estar e do país.

Aliás, muitas vezes, mesmo alguns parlamentares não percebem o que se fala no parlamento de que são membros. Tudo isto constitui, para todos os moçambicanos, razão bastante para se olhar para questão linguística como um assunto sério que afecta a vida da maior parte dos cidadãos, dado que o subdesenvolvimento linguístico é parente mais velho do subdesenvolvimento sócio-económico do país e da participação democrática.

Portanto, não se pode atingir com sucesso o desenvolvimento sócio-económico genuinamente endógeno enquanto não se realizar o desenvolvimento linguístico, condição da participação consciente reais produtores da riqueza no progresso do país.

4. Caracterização da população-alvo

Com a excepção da Ilha de Moçambique e da Beira, a presente pesquisa foi realizada em zonas maioritariamente rurais, a saber, Govuro, Inhassoro, Nhamatanda e Mossuril, onde se falam as línguas ndau, tshwa, sena e makhuwa, respectivamente. Apesar de serem zonas urbanas onde também se fala a língua portuguesa, na Ilha de Moçambique e na Beira predominam as línguas makhuwa no primeiro caso e sena e ndau no segundo. Portanto, tal como em todo o país, os habitantes de todos os locais onde decorreu a pesquisa são maioritariamente falantes nativos de línguas moçambicanas.

A pesquisa envolveu 334 sujeitos entre crianças maiores de dez anos (alunos de ensino primário), jovens (estudantes ou não), adultos entre vendedores dos mercados, líderes comunitários e religiosos, bem como profissionais da comunicação social. A equidade de género foi tida como referência importante na selecção das amostras em todos os grupos-alvo em todos os locais de pesquisa, mas não como uma variável importante para os objectivos do presente trabalho. Para a recolha de dados que poderia ajudar a responder os objectivos do projecto foi necessário definir uma população-alvo, conjunto de indivíduos suficientemente diversificado para satisfazer à diversidade de perguntas constantes do guião das entrevistas.

Assim, foram entrevistados crianças (alunos do ensino primário) jovens (entre alunos do ensino secundário e não estudantes), adultos (entre vendedores de mercados, trabalhadores de órgãos de comunicação social com especial referência para rádios, nos locais onde tais existam, líderes comunitários e religiosos). A tabela que se segue ilustra a distribuição dos membros do grupo-alvo por distrito de onde decorreu a pesquisa:

Tabela 3: Distribuição percentual do grupo alvo por distrito.

Idade/ Dists.	Beira	Govuro	Ilha de Moç.	Inhas- soro	Mossuril	Nha- matanda	Total
[10-15]	19.61%	15.69%	5.88%	37.25%	1.96%	19.61%	100.00%
[16-20]	19.67%	24.59%	16.39%	11.48%	4.92%	22.95%	100.00%
[21-25]	0.00%	6.25%	21.88%	0.00%	46.88%	25.00%	100.01%
[26-30]	7.14%	17.86%	32.14%	10.71%	25.00%	7.14%	99.99%
[31 >]	13.14%	16.79%	17.52%	19.71%	16.79%	16.06%	100.01%
Total	59.56	81.18	92.90	59.44	95.51	91.02%	100.00%

Legenda: Dists. = Distritos; Moç. = Moçambique.

Em termos gerais, verifica-se que a maioria dos sujeitos entrevistados situa-se na faixa etária de 10 a 20 anos de idade e de 26 anos de idade em diante. O facto de os inquiridores terem recebido orientações para se dirigirem aos locais de maiores aglomerados populacionais (escolas, mercados) e alguns serviços (rádios), teve influência na composição do grupo-alvo, havendo casos em que não foi entrevistado nenhum membro de uma determinada faixa etária como se pode ver na Beira e em Inhas-soro onde existem zero sujeitos dos 21 a 25 anos de idade.

A explicação para esta situação pode ser encontrada no facto de as crianças e os jovens de 10 a 20 anos de idade serem aqueles que se encontram em escolas primárias e secundárias. Por outro lado, a maioria dos vendedores dos mercados é constituída de adultos maiores de 26 anos. Os jovens de 21 a 25 anos de idade geralmente não têm enquadramento em nenhum grupo sócio-profissional que possa responder a uma chamada colectiva.

Para incluir esta faixa etária, poder-se-ia ter usado outras referências, por exemplo, organizações juvenis como a OJM, mas o recurso a este tipo de organização partidária poderia dar lugar a outro tipo de conotações ao trabalho que se pretendia isento de interferências políticas apesar de muitas vezes as pessoas terem pensado que se tratava de um trabalho partidário.

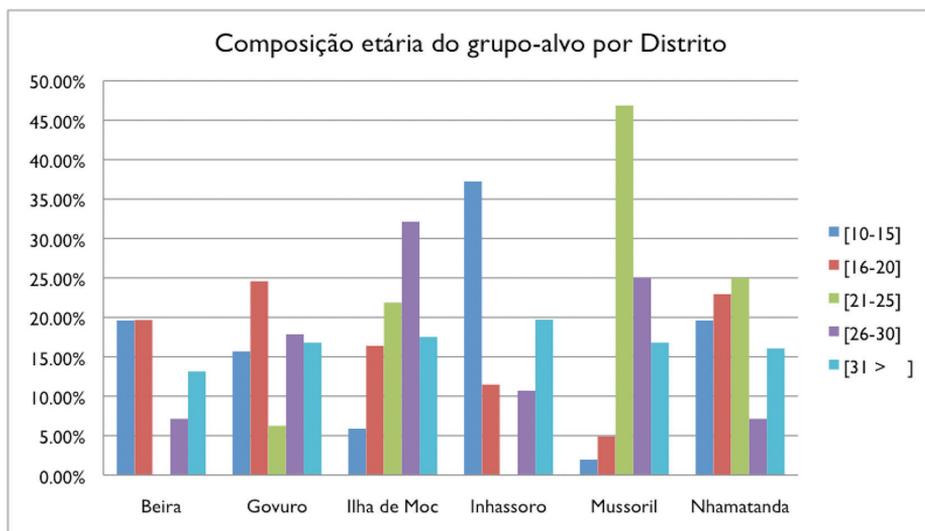
Os distritos de Mussoril e Nhamatanda constituem excepção a esta

constatação, pois estes têm maior percentagem de sujeitos precisamente na faixa de 21 a 25 anos de idade, o que não surpreende se se tiver em conta que nas zonas rurais esta faixa etária é aquela em que se concentram estudantes do ensino secundário.

Em contrapartida, as percentagens reduzidas de criança de 10 a 15 anos nestes locais têm a ver com o facto de a deslocação ao campo ter acontecido no final do semestre escolar, isto é, quando na maioria das escolas do país as crianças quase não iam a escola senão para algumas consultas de resultados do fim do semestre. Como tal, não foi possível encontrar grande concentração de crianças em número suficiente para satisfazer o que estava preconizado no projecto em termos de quantidade de membros deste grupo etário.

Para efeitos da análise, tomados na sua globalidade, os dados satisfazem às expectativas numéricas previstas, uma vez que foi possível entrevistar 334 dos 360 sujeitos previstos. Este número corresponde a uma percentagem de cerca de 93%, o que se pode considerar satisfatório. A seguir apresenta-se um gráfico que permite visualizar a composição etária do grupo-alvo por distritos.

Gráfico 1 : *Composição etária do grupo-alvo por distrito.*



O gráfico permite confirmar o que se disse acima relativamente à composição etária dos grupos dos sujeitos entrevistados. Em termos gerais,

o grupo dos 26 a 30 anos de idade é o mais representativo em todos os distritos, seguido do grupo de 16 a 20, depois o de mais de 30. O grupo de 10 a 15 anos de idade coloca-se em quarto lugar em termos de peso de presença nos diferentes distritos, apesar de constituir a maior presença no distrito de Inhassoro, onde se fez uma mobilização especial para que os alunos fossem à escola para falarem com os inquiridores que tinham negociado com a mesma .

Neste caso, tratou-se de uma solução que aquele grupo de inquiridores encontrou e deu resultado. Mas trabalho idêntico não se fez nem se poderia fazer na Beira e mesmo em Inhassoro em relação aos sujeitos de 21 a 25 anos de idade pelas razões já mencionadas. Daí o vazio que se verifica nesta faixa etária nos dois distritos, Beira e Govuro, onde quase que há equilíbrio na participação dos grupos de 10 a 20 anos de idade, por um lado, e de 26 em diante, por outro.

Como o sucesso de trabalho de campo depende em grande medida da criatividade de quem se faz ao terreno, em Mussoril verifica-se um disparo da quantidade de jovens da faixa dos 21 a 25 anos de idade, como que para compensar o défice do número de meninos de 10 a 15 que já estavam à porta das férias e, como tal não foram encontrados na escola.

No capítulo que se segue vai-se proceder à apresentação resumida das principais constatações resultantes da análise das entrevistas por domínio.

5. Principais constatações por domínio

O guião de entrevistas compreendeu dois tipos de perguntas, a saber, perguntas abertas e perguntas fechadas. As perguntas fechadas ainda estão em processo de análise. As perguntas abertas tiveram diversas respostas que se podem sintetizar no que se segue.

5.1. Competência linguística

Preste-se atenção à seguinte tabela que retrata a distribuição das línguas pelos seis distritos onde se realizou a pesquisa:

Tabela 4: *Distribuição das línguas pelos distritos.*

		Distrito/Cidade					
	Língua	Beira	Govuro	Ilha de Moç.	Inhassoro	Mossuril	Nhamatanda
1	Xitshwa		X		X		
2	Cindau	X	X				X
3	Cisena	X					X
4	Makhuwa			X		X	
5	Português	X	X	X	X	X	X
6	Árabe			X		X	

A Tabela acima mostra que muitos dos entrevistados na Beira, Govuro, Inhassoro e Nhamatanda são fluentes não só nas suas línguas, mas também em mais uma ou duas línguas.

Nos casos de Nhamatanda e Beira, na província de Sofala, as línguas mais partilhadas pelos seus habitantes nativos são Ndaue Sena, às quais se pode adicionar a língua portuguesa. Enquanto os habitantes de Govuro (província de Inhambane) partilham Ndaue Sena com os da Beira e Nhamatanda, em Sofala, partilham o Xitshwa com os de Inhassoro (também em Inhambane). Alguns dos habitantes de Govuro e Inhassoro também podem falar Português além de Ndaue Sena e ou Xitshwa.

Pelo que, tanto nos aludidos distritos de Sofala como de Inhambane, as pessoas são tendencialmente bilingues, mesmo que não saibam a língua

portuguesa, pois se trata de locais onde afluem pessoas de diversas zonas do país por diversas razões.

O mesmo já não se pode dizer em relação à Ilha de Moçambique e Mussoril, regiões do litoral onde, regra geral, quem de entre os naturais não saiba a língua portuguesa arrisca-se a ser monolíngue em Makhuwa.

A língua árabe é, geralmente, conhecida através da sua forma escrita por força da religião muçulmana que é dominante nesta região costeira do país. Geralmente, os muçulmanos memorizam as orações e os textos corânicos bem como o alfabeto que depois podem usar para escrever não só o árabe, mas também as suas línguas, como é o caso de Makhuwa. Portanto, raramente, ou quase nunca, aprendem a língua árabe para comunicação oral do dia-a-dia. Pelo que, por causa do islão, muitos habitantes destas zonas costeiras sabem ler e escrever na sua língua usando os caracteres árabes.

5.2. Transmissão linguística inter-geracional

Em todos os distritos, as pessoas indagadas sobre esta questão acreditam que a sua língua é falada por pessoas de todos os grupos etários. Por exemplo, em Inhassoro disseram que nas suas casas falam sempre Xitshwa e ensinam aos seus filhos a falar e valorizar a sua língua. Em Govuro, numa das sessões colectivas, os informantes afirmaram que nas suas casas falam Cindau e ensinam Cindau aos seus filhos a falar e valorizar Cindau. Na Ilha de Moçambique, disseram-nos que “as crianças estão nascendo e falam a língua makhuwa e elas aprendem e a usam nos vários contextos da sua vida diária.

O português é língua da escola que crianças e jovens falam com os seus professores.” Mas este é discurso dos adultos. As crianças e os adolescentes falam estas línguas, mas não as aceitam. Portanto, têm uma atitude negativa em relação a estas línguas.

Numa sessão colectiva com o grupo focal em Inhassoro, um líder religioso afirmou que a língua Xitshwa estava em perigo de desaparecimento, chegando mesmo a prever que até 2015 esta não existiria devido à influência de várias línguas, por um lado e a sua não utilização por parte das gerações mais jovens.

Quanto ao facto de os jovens não falarem a língua local, outro líder religioso responsabilizou alguns pais que só falam Português com os seus filhos e os líderes católicos e muçulmanos que só usam a língua portuguesa nos seus serviços religiosos em detrimento das línguas locais.

Quanto ao que se conseguiu observar sem fazer perguntas a ninguém, há a dizer que estas línguas ainda têm muito futuro para a frente. As crianças, os jovens e os adultos comunicam-se nestas línguas. Portanto, as línguas passam das gerações mais velhas para as mais jovens. Pelo menos esta é a realidade nas zonas rurais. Nas cidades, sobretudo na Beira, a situação é diferente. Aqui, as línguas moçambicanas são cada vez menos transmitidas de gerações mais velhas para as mais novas. Os jovens entrevistados na Escola Secundária Samora Machel da Cidade da Beira, afirmaram que o pouco que sabiam das línguas ndau e ou de sena não tinham aprendido em casa. Tinham-nas aprendido na “rua” e não servia para sustentar uma conversa séria se não só algumas piadas ou algumas frases na comunicação com pessoas mais velhas (avós).

5.3. Mudanças nos domínios de uso da língua

Reconhecendo a existência de domínios tradicionais de uso das línguas, a vitalidade linguística é também avaliada pelo nível de adaptação da língua a novos domínios. A tabela a seguir apresenta a situação de domínio em que as seis línguas são usadas nos locais de pesquisa:

Tabela 5: Mudança de domínio de uso da língua.

Domínios		Língua					
		Xitshwa	Cindau	Cisena	Emakhuwa	Português	Árabe
1	Administração					X	
2	Amigos	X	X	X	X	X	
3	Computador					X	
4	Familiares	X	X	X	X	X	
5	Missa	X	X	X	X	X	X
6	Reunião	X	X	X	X	X	
7	Telemóvel	X	X	X	X	X	

A Tabela acima mostra que as línguas moçambicanas são essencial-

mente usadas nos contextos tradicionais, isto é, em círculos de amigos e familiares. O único domínio novo em que elas são usadas é o telemóvel, mas deve-se ressaltar que tal acontece somente na forma oral e não na escrita de mensagens. As reuniões que se realizam em línguas moçambicanas são aquelas cujos assuntos a tratar são do quotidiano de membros da família, de amigos ou da pequena comunidade sem envolver entidades administrativas ou políticas.

Como se pode observar, os falantes de Português são os únicos que dispõem de uma língua capaz de ser usada, sem nenhuma restrição, em todos os domínios desde a administração até aos círculos de amigos. O Árabe é usado quase exclusivamente em serviços religiosos. Portanto, uma observação da referida tabela permite concluir que não se verifica nenhuma mudança assinalável digna de referência relativamente aos domínios de uso de línguas moçambicanas nos seis distritos estudados.

5.4. Capacidade de responder a novos domínios e meios de comunicação social

Tal como se viu na secção anterior, nos locais onde se realizou a pesquisa, as línguas moçambicanas ainda não são colocadas em situações em que se possam ver confrontadas de responder a novos domínios. Veja-se a Tabela que se segue:

Tabela 5: Capacidade de reesponder a novos domínios e meios de comunicação social.

Domínio		Língua					
		Xitshwa	Cindau	Cisena	Emakhuwa	Português	Árabe
1	Administração					X	
2	Rádio	X	X	X	X	X	
3	Computador					X	
4	Televisão					X	
5	Jornal					X	
6	Telemóvel	X	X	X	X	X	

Como se vê, nos seis distritos, a língua portuguesa é a única usada em todos os domínios, novos e tradicionais. O uso do Árabe nos domínios

acima está totalmente excluído. Como se disse, no litoral norte de Moçambique, esta língua é eminentemente religiosa.

As línguas moçambicanas não são usadas na administração, nem no computador; sendo o telemóvel, o único domínio novo onde estas línguas podem ser usadas, sobretudo, na conversação oral.

Quando à comunicação social, há uma ligeira melhoria. À excepção de Inhassoro, onde não existe rádio, em todos os distritos onde decorreu a pesquisa há rádios onde se usam as línguas locais. Tirando a “janela local” de 15 minutos de noticiário diário em Sena e em Ndau na delegação provincial da TVM na Beira, bem como uma hora de debate semanal em cada língua, não se usam as línguas moçambicanas nos restantes distritos de pesquisa. De uma forma geral, não há jornais impressos nas línguas dos locais onde se realizou o trabalho.

Em Nova Mambone, sede do Distrito de Govuro, há um jornal em Português que depois é traduzido para Cindau e Xitshwa pelos voluntários da rádio comunitária local, a Rádio Save. Também em Nhamatanda, muitos programas, incluindo os noticiários, em línguas moçambicanas são baseados em traduções da língua portuguesa. Por isso, é duvidosa a qualidade do produto final que chega ao moçambicano para quem a língua moçambicana é único meio de acesso à informação.

5.5. Materiais na língua usados na educação e literatura

O facto de o uso das línguas moçambicanas não terem sido introduzidas no sistema de ensino há muitos séculos, cerceou a possibilidade de desenvolvimento de todo o género de escrita nestas línguas. A Tabela que se segue reporta as respostas dos inquiridos sobre a matéria de documentação das suas línguas:

Tabela 6: *Materiais na língua usados na educação e literatura.*

		Língua					
Tipo de material		Xitshwa	Cindau	Cisena	Emakhuwa	Português	Árabe
1	Livro de leitura					X	
2	Gramática					X	
3	Dicionário					X	
4	Glossário					X	
5	Livros infantis					X	
6	Livro religioso					X	X
7	Outro					X	

Apesar de todas as línguas moçambicanas incluídas na tabela fazerem parte do programa experimental de educação bilingue introduzido pelo governo moçambicano há oito anos (isto é, em 2003), em nenhum dos distritos de pesquisa existe uma escola onde se use a língua local. Como tal, não existem materiais de ensino nestas línguas nem de qualquer tipo de literatura, e as pessoas nem sequer sabem se a sua língua é ensinada em alguma escola do país. Todavia, em inúmeras ocasiões, quando mencionada a possibilidade de ensino destas línguas nas escolas, os adultos sempre se pronunciaram a favor da ideia.

Todavia, embora não oficialmente, no ensino primário, as línguas moçambicanas são muitas vezes usadas como recurso, quando a comunicação entre o professor e os alunos fica bloqueada por razões linguísticas. Isto é, contrariando aquilo que a nível da escola se julga ser politicamente correcto, a proibição do uso das línguas maternas dos alunos, os professores usam essas línguas quando acham esgotados todos os recursos linguísticos para explicarem as matérias em Português.

Estas constatações foram-nos reportadas nos encontros com os alunos de Govuro, Inhassoro, Nhamatanda e Tica. Nestes últimos locais também foi possível notar que apesar de o uso das línguas locais não ser autorizado nas escolas, os alunos falam essas línguas durante o intervalo ou em qualquer actividade extra-aula.

5.6. Atitude linguística dos falantes

Regra geral, os dados mostram que os adultos (maiores de 25 anos) gostam das suas línguas e usam-nas em todas as situações de comunicação: com os familiares, com os amigos, na igreja, no mercado, etc., e ensinam aos seus filhos a falar e valorizar a sua língua. Quando indagados sobre o comportamento dos alunos (seus filhos) que disseram não gostarem das suas línguas maternas e que falavam porque eram obrigados pelos pais, estes mostraram-se indignados com tais afirmações, dizendo que aqueles eram “malucos”, por gostarem de Português que nem sequer dominam.

Em Inhassoro, os mais novos, de 10 a 20 anos de idade, são pressionados pela escola onde ainda hoje o uso das línguas maternas é proibido e severamente castigado. Por isso, há casos em que os alunos, desconfiados dos reais objectivos da pesquisa, preferiram dizer que não gostavam das línguas moçambicanas, e até não gostavam de quem falasse tais línguas e que nunca teriam amigos falantes destas línguas.

Um dos alunos que assim declarou disse estar a viver em Inhassoro há mais de 7 anos, mas até agora diz que não entende nem sequer uma única palavra de Xitshwa. Este aluno surpreendeu sobremaneira os pesquisadores que nunca tinham imaginado um comportamento tão extremista contra as línguas moçambicanas apesar de terem sido muitos os alunos que disseram que não gostavam destas línguas. Um outro aluno chegou mesmo a afirmar que odeia não só estas línguas, como também todos os que as falam.

Como se dizia anteriormente, este tipo de comportamento dos alunos entrevistados em Inhassoro parece reflectir o tipo de pressão ou castigos a que provavelmente devem estar sujeitos quando falam as línguas maternas na escola. Portanto, ainda persistem na mente de muitos educadores das novas gerações os efeitos dos objectivos da Portaria de 317/1917, de 10 de Janeiro.

É essa forma de pensar que é passada aos alunos que revelam atitudes extremamente negativas em relação às línguas moçambicanas. Portanto, é caso para dizer que os defensores da educação bilingue ou educação em língua materna em Moçambique ainda têm muito trabalho a realizar.

Como se vê, uma coisa é as crianças falarem uma língua, outra coisa é aceitarem essa língua. Como se viu em alguns casos, embora não ge-

neralizáveis, apesar de falarem as línguas moçambicanas, as crianças e os adolescentes não as aceitam porque as escolas ainda desencorajam o seu uso e, não poucas vezes, de forma tão violenta que deixam as crianças traumatizadas. Pelo que, em alguns casos em Moçambique, a escola é local onde as crianças aprendem a negar as línguas dos seus pais, mesmo quando sabem falar.

5.7. Urgência de documentação (da e na língua)

Não há documentação científica nem outros materiais de literatura geral nas línguas locais nos distritos onde decorreu a pesquisa. Por isso, as pessoas nem sequer sabem que elas são ensinadas em algumas escolas dentro do país.

5.8. Número de falantes das línguas e sua proporção em relação à população moçambicana

Os dados numéricos sobre o número de falantes destas línguas considerados no presente trabalho referem-se aos de todos os falantes de 5 ou mais anos de idades (INE 2010) e não somente aos dos residentes das regiões da pesquisa. Foi também com base nestes números gerais de falantes de cada uma das línguas no país que se fez o cálculo da proporção de falantes em relação ao total da população moçambicana de acordo com os dados de INE (2010).

Importa realçar que, o presente estudo apresenta a situação actual de uso de línguas e práticas linguísticas nos distritos de pesquisa baseado na revisão de literatura, análise de dados recolhidos no trabalho de campo e incorpora conclusões específicas sobre a vitalidade linguística e perigo de extinção das línguas estudadas, chamando a atenção para a importância da sua preservação. Quando se considera mais do que uma língua, cada uma das variáveis acima constitui um importante ponto de comparação que nos permite afirmar que a situação das quatro línguas moçambicanas faladas nos locais de estudo é praticamente idêntica.

O resultado desta comparação permite compreender o grau de seriedade do perigo de extinção que as línguas correm embora no estudo da UNESCO (2011), as línguas moçambicanas não apareçam no grupo de línguas em perigo de extinção.

Com base nos achados das entrevistas individuais e das sessões com os grupos focais, a situação da vitalidade linguística nos seis distritos pode ser sintetizada tal como se apresenta na seguinte tabela de nove factores de avaliação recomendados pela UNESCO:

Tabela 7: Caracterização da vitalidade das línguas moçambicanas estudadas.

Factores		Línguas			
		Tshwa	Ndau	Sena	Makhuwa
1	Números absolutos de falantes	693.386	702.464	1.218.337	4.097.788
2	Proporção de falantes do número total da população	4.4%	4.5%	7.8%	26.1%
3	Transmissão inter-geracional de língua	5	5	5	5
4	Mudança nos domínios de uso da língua	2	2	2	2
5	Resposta aos novos domínio e a comunicação social	2	2	2	2
6	Materiais de ensino de língua e alfabetização	1	1	2	2
7	Atitudes linguísticas políticas do governo e institucionais incluindo o estatuto e uso oficial	2	2	2	2
8	Atitudes dos membros da comunidade em relação à sua língua	4	4	4	4
9	Quantidade e qualidade de documentação	1	1	1	1

Olhando para Tabela acima, pode concluir-se que:

Nos distritos estudados, as línguas moçambicanas faladas estão em perigo de extinção devido a vários factores, entre os quais:

- i. *Transmissão inter-geracional de língua:* apesar de este item ter o valor mais alto na avaliação dos factores, o seu impacto na vitalidade, manutenção linguística é quase anulado pelos números 4, 5, 6, 7 e 9.
- ii. *Números absolutos de falantes:* Nas cidades, o número de falantes das línguas moçambicanas tende a reduzir, o que se pode notar pelas afirmações dos jovens da Beira que não aprenderam as línguas moçambicanas em casa. Além disso, embora não se possa

generalizar, alguns membros das gerações mais novas têm uma atitude negativa em relação às línguas moçambicanas mesmo nos casos em que são “obrigados” (pelos pais) a usá-las.

- iii. *Mudança nos domínios de uso da língua*: nos locais de pesquisa, não há sinais de mudança dos domínios tradicionais (círculo de amigos e familiares) do uso das línguas para domínios mais modernos (escolas, comunicação social, computador, serviços de mensagens telefónicas) que são a garantia de adaptação e respostas das línguas a novas situações e novos desafios.
- iv. *Resposta aos novos domínio e a comunicação social*: as línguas não são postas à prova através do seu uso em meios de comunicação social mais complexos tais como a televisão e a imprensa escrita, o que por si é um grande desafio para os profissionais destas áreas e para todos os membros das comunidades visadas;
- v. *Materiais de ensino de língua e alfabetização*: Não se produz material de leitura, para não mencionar material científico nas línguas moçambicanas, o que só poderia ter lugar se as línguas fossem usadas seriamente no ensino. Não se produzem materiais de leitura para recém-alfabetizados nestas línguas nem programas de alfabetização nas línguas moçambicanas.
- vi. *Atitudes linguísticas políticas do governo e institucionais incluindo o estatuto e uso oficial*: praticamente negativa, embora cada vez menos actualmente do que no passado.
- vii. *Atitudes dos membros da comunidade em relação à sua língua*: O resultado de 4 que se atribui a este factor refere-se, sobretudo, a atitude dos adultos e alguns jovens e crianças, uma vez que nestes últimos grupos há membros que têm uma atitude muito negativa em relação às suas línguas.
- viii. *Quantidade e qualidade de documentação*: A documentação é quase inexistente nestas línguas, nos locais onde aconteceu a pesquisa embora alguns sujeitos adultos tenham afirmado que no tempo colonial havia muito material com que aprenderam a ler e a escrever, pois sabe-se que tal não é verdade. Pode ser que em alguma missão religiosa tenha havido uma espécie de ensino clandestino de algumas destas línguas, mas tal nunca chegou a elevar o estatuto de alguma língua moçambicana.

6. Conclusões

A análise das práticas linguísticas nos distritos onde se realizou a pesquisa, comparada aos diferentes factores, permite concluir de forma óbvia que as línguas moçambicanas correm perigo extinção nos distritos urbanos na medida em que elas são cada vez menos transmitidas para as gerações mais novas. Pior do que a não transmissão é que nas comunidades as referidas línguas são rejeitadas, o que as reduz à condição de minoritárias devido aos números cada vez mais reduzidos de falantes. O que não constitui uma conclusão óbvia neste tipo de estudo é que a combinação da análise de todos os factores acima mencionados permite concluir que todas as línguas dos locais de pesquisas estão em perigo de extinção embora as condições sejam tais, que se medidas urgentes forem tomadas este cenário pode ser revertido.

Apesar de a pesquisa ter incluído algumas zonas urbanas (Beira e Ilha de Moçambique) e algumas zonas rurais (Govuro, Inhassoro, Mossuril e Nhamatanda), no que diz respeito às práticas linguísticas, os dados mostram que estas zonas são idênticas. Com efeito, em todos os distritos é sempre possível encontrar algum falante de língua portuguesa.

De todos os sujeitos entrevistados, não houve nenhum caso em que alguém falasse exclusivamente a língua portuguesa embora se tenha registado um jovem (de Govuro) que afirmou ser falante nativo de Ndau, mas que disse “odiar” esta língua e todas as línguas moçambicanas. Por isso, disse, gosta de falar Português (embora mal como diriam os membros do grupo focal participantes numa entrevista colectiva em Inhassoro). Mesmo os jovens da Escola Secundária Samora Machel que afirmaram não terem aprendido as línguas moçambicanas em casa, sabem falar essas línguas que dizem usar apenas para dizer piadas ou falar com pessoas mais velhas (avós).

Do mesmo modo, com a excepção de Inhassoro, em todos os locais existem órgãos de comunicação social, instrumento indispensável na disseminação de informação e no exercício de cidadania. Não obstante o facto de, no caso da Cidade da Beira, não ter sido possível falar com os respectivos profissionais da comunicação social devido a um falecimento que aconteceu na altura em que a equipa de pesquisa esteve naquela urbe foi possível tomar nota sobre o uso ainda hesitante de Sena e Ndau em noticiários diários e debates semanais.

De uma forma geral, não há imprensa escrita nas línguas moçambicanas nos seis distritos. A situação aqui descrita é característica da situação da maior parte de cada uma das províncias estudadas. Por isso, embora depois se proponha a extensão de um estudo desta natureza a outros pontos do território nacional, tal será em outras províncias onde provavelmente a situação possa ser diferente.

Para terminar, importa referir que longe das previsões da equipa de pesquisa, o trabalho conheceu algumas dificuldades de ordem política, pois em alguns locais os assistentes de investigação eram confundidos de pessoas que iam fazer trabalho de algum partido político. Mesmo com a explicação que se poderia considerar exaustiva dos objectivos do trabalho, sempre ficou, em alguns casos, uma percepção de desconfiança. O exemplo elucidativo disto foi o que aconteceu na Cidade da Beira onde um encontro não foi realizado porque os assistentes de investigação foram confundidos com alguma brigada da Frelimo.

7. Recomendações

Como se deve ter notado, são muitas as áreas em que se deve realizar trabalho para se assegurar a manutenção e a vitalidade linguísticas nos distritos onde se realizou a pesquisa. A tabela que se segue, embora a sequência não indique nenhum tipo de importância de umas áreas em relação às outras, apresenta uma proposta das variáveis que carecem de intervenção:

Tabela 5: Domínios de intervenção prioritária no âmbito da vitalidade e manutenção linguística.

Domínio	Tipo de intervenção/apoio	Responsável
1 Ensino	Capacitação de professores em metodologias de ensino de línguas (materna e segunda), elaboração de material de ensino.	Ministério da Educação.
2 Material didáctico	Capacitação de professores em matéria de elaboração de material de apoio às aulas e outro tipo de material de leitura.	Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação e outras instituições de investigação.
3 Ensino de língua materna	Aceleração do processo de expansão do ensino bilingue no país; Incremento de acções de formação de alfabetizadores em línguas locais.	Ministério da Educação, Instituições de Formação de Professores.
4 Comunicação social	Capacitação dos voluntários (locutores produtores, realizadores de programas radiofónicos) que trabalham nas rádios comunitárias e não só.	Órgão da comunicação social (ICS, RM, TVM, instituições de investigação)
5 Modernização linguística	Elaboração da terminologia e científica e expansão.	Universidades e instituições de investigação.
6 Ortografia	Apoio a acções de padronização de ortografia de línguas locais incluindo actividades de disseminação das ortografias, em especial entre os profissionais da comunicação social que trabalham em línguas moçambicanas e professores.	Universidades e instituições de investigação.
7 Documentação científica sobre as línguas	Produção de gramáticas, dicionários e outros documentos de referência sobre as línguas.	Universidades e instituições de investigação

Por fim, estas recomendações são ao mesmo tempo um apelo a quem de direito para a necessidade de conjugação de esforços visando salvar as línguas individualmente e a diversidade linguística em Moçambique. Para tal, será preciso priorizar a realização de acções nas seguintes áreas:

- a) Educação (escolar e do público sobre a importância da diversidade linguística);
- b) Formulação de políticas linguísticas com o propósito de manter a diversidade linguística;
- c) Mobilização de especialistas de línguas para contrariar a mudança de língua que se verifica quer forçada indirectamente pela pressão social (nas zonas urbanas) quer forçada pelo sistema da educação que mantém professores (nas zonas rurais) que desencorajam o uso e desenvolvimento de línguas moçambicanas;
- d) Manutenção linguística (alertar as organizações nacionais e internacionais sobre a redução destes importantes recursos intelectuais humanos que são as línguas);
- e) Comunicação social, manter e expandir vertical e horizontalmente o uso das línguas nos meios de comunicação social como forma de contribuir para a pujança e vitalidade das próprias línguas.

Referências

- Altenhofen, C.V. 2004. Políticas linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrante. In: Revista Internacional de Linguística Iberoamericana. Frankfurt a.m., número 1, (3): 83-93.
- Commins, J. 2000. Bilingual children's mother tongue: Why is it important for education.
- Ethnologue, 2011. Languages of the World. <http://www.ethnologue.org>. Acessado em 27 de Janeiro de 2011.
- Firmino, G. 2002. A questão linguística na África pós-colonial: O caso do Português e as Línguas Autóctones em Moçambique. Promédia. Maputo
- Firmino, G. 2000. Situação Linguística de Moçambique. INE. Maputo
- Gabinete do Secretário de Estado da Cultura. 1983. Contribuição para a definição de uma política linguística na República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e Cultura. Maputo
- Fishman, J. A. 2006. Language Maintenance, Language Shift, and Reversing Language Shift. In T. K. Bhatia & C. Ritchiew. (eds.). The handbook of bilingualism. Malden. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. P. 406-436.
- Gabinete do Secretário de Estado da Cultura. s/d. Perspectivas de trabalho da Secretaria de Estado da Cultura no domínio das línguas nacionais. Ministério da Educação e Cultura. Maputo
- INE, 2009. Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População de 2007.
- INE, 2010. Dados do Recenseamento Geral da População. www.ine.gov
- Katupha, J. M. M. 1994. The language situation and language use in Mozambique. In Fardon, Richard & Graham Furniss (Eds.). African languages, development and the state. London: Routledge. Pp. 89-96.

- Katupha, J. M. M. 1985. O panorama linguístico e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística apropriada. (Paper read at the Meeting of the Portuguese Linguistics Association). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Katupha, J. M. M. 1988. O panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística apropriada. Lua Nova. Letras, artes e ideias. AEMO. Maputo. Pp. 27-32.
- Liphola, M. 1988. As línguas bantu de Moçambique, uma abordagem sócio-linguística. In Lua Nova. Letras, artes e ideias. AEMO, Maputo. Pp. 33-37
- Lopes, A. J. 1999. The language situation in Mozambique. In Richard Fardon and Graham.
- Furniss (Eds.) African languages, development and the state. London: Routledge. Pp. 89-96.
- Ministério da Cultura. 1988. Memorando sobre as línguas nacionais de Moçambique. Ministério da Cultura. Maputo.
- Ministério da Educação e Cultura. 1980. O sistema Nacional da Educação e a Situação Multilingue do País. (Documento destinado à Direção do partido FRELIMO). Maputo
- Mondlane, E. 1969. Lutar por Moçambique. Livraria Sá da Costa Editora. Portugal.
- Ngunga A. 1992. Breves notas sobre a situação linguística de Moçambique. Notícias de 28/2/92.
- Ngunga A. 1991. O papel das línguas moçambicanas nos meios de comunicação social. In Domingo de 24 de Fevereiro e 3 de Março. Maputo
- Ngunga A. 1990. Algumas notas sobre a situação linguística de Moçambique. Senda, Ano 1, N° 0:11-12.
- Ngunga, A. 1987. As línguas Bantu de Moçambique. Limani: Linguística e Literatura. Faculdade de Letras. Universidade Eduardo Mondlane.

- Ngunga, A. 1985. The status of languages in the learning institutions in Mozambique. (Read at the Sub-regional Seminar on Local Languages). Lusaka.
- Portaria no 317/1917, de 10 de Janeiro. in Boletim Oficial da Província de Moçambique. Lourenço Marques.
- Silva, T. C. 2002. Morte de língua ou Mudança linguística? Revista do Museu Atrópico, Volumes 5-6, número 1. Goiânia: UFG.
- Sitoe, B. e Ngunga. A. (eds.). 2000. Relatório do II Segundo Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Língua Moçambicanas.
- UNESCO, 2011. Atlas de las lenguas en peligro en el mundo. <http://www.unesco.org>. Acessado em 27 de 25 de Janeiro de 2011.
- UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages. 2007. Language Vitality and Endangerment. UNESCO.
- UNESCO (ed.). 1996. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. UNESCO
- Yai, O. Babalola. 1983. Elements of a Policy for Promotion of National Languages. UNESCO.

Anexos

Anexo 1: Guião de Entrevistas

Anexo 2: Diários de Campo

Anexo 2.1.1: Distritos de Govuro e Inhassoro, 18 a 24 de Julho de 2010.

Anexo 2.1.2: Distritos de Govuro e Inhassoro, 29 de Julho a 2 de Agosto de 2010.

Anexo 2.1.3: Nampula, 20 de a 25 de Julho de 2010.

Anexo 2.1.4: Província de Nampula, 29 de Julho a 2 de Agosto de 2010.

Anexo 2.1.5: Província de Sofala: 18 a 24 de Julho de 2010.

Anexo I: Guião de Entrevistas

Nome do entrevistador: _____

Local (especificar o bairro, a aldeia...): _____

Data da entrevista: _____ / _____ / _____.

I. Dados sócio-demográficos

1. Idade do(a) entrevistado(a): _____
2. Sexo: _____
3. Estado civil: _____
4. Nível de escolaridade: _____

Sem escolaridade: _____

Primário (EPI): _____

Primário (EP2): _____

Secundário (ES1): _____

Secundário (ES2): _____

Técnico (básico): _____

Técnico (médio): _____

Superior: _____

5. Línguas faladas na zona:

L1 _____ L2 _____

L3 _____ L4 _____

L5 _____ L6 _____

L6 _____ L8 _____

L9 _____ L10 _____

6. Que línguas fala:

L1 _____ L2 _____

L3 _____ L4 _____

L5 _____ L6 _____

L6 _____ L8 _____

L9 _____ L10 _____

7. Há quanto tempo reside nesta localidade?

____ Semanas.

____ Meses.

____ Anos.

____ Vive aqui desde que nasceu.

8. Professa alguma religião? Sim _____ Não _____

8.1 Qual?

a) Cristã: _____

b) Muçulmana: _____

Outras: _____

II. Competência linguística

Sabe ler:

a. Em Português: _____

b. Em árabe: _____

c. Língua materna/local com carácter árabe: _____

d. Língua materna/local com carácter latino: _____

e. Não sabe ler em nenhuma língua: _____

III. Transmissão linguística inter-geracional

1. Qual é a língua daqui? _____

2. Esta língua é falada por:

a) Crianças: Sim _____; Não _____

b) Jovens: Sim _____; Não _____

c) Adultos: Sim _____; Não _____

d) Velhos: Sim _____; Não _____

e) Só homens: Sim _____; Não _____

f) Só mulheres: Sim _____; Não _____

IV. Mudanças nos domínios de uso da língua.

Esta língua local usa-se nos seguintes contextos:

1. Na escola: Sim _____; Não _____
2. Na igreja/mesquita: Sim _____; Não _____
3. Na reunião do partido: Sim _____; Não _____
4. No computador: Sim _____; Não _____
5. No telefone celular: Sim _____; Não _____
6. Na família: a) Filhos: _____
b) Irmãos: _____
c) Pais: _____
d) Avós: _____
e) Círculo de amigos: _____

V. Capacidade de responder a novos domínios e meios de comunicação social.

Usa-se esta língua (l) na rádio: Sim _____; Não _____

2) Na televisão: Sim _____; Não _____

3) Em algum jornal? Sim _____; Não _____

VI. Materiais na língua usados na educação e literatura.

1. Há material escolar nesta língua? Sim _____; Não _____

2. De que tipo?

a) Livros ____; b) Gramáticas ____; c) Dicionários _____;

d) Glossários _____ e) Outros _____

Se sim, de que género ?

Infantis: Sim _____; Não _____

Religiosos: Sim _____; Não _____

Outros livros: _____

VII. Atitude linguística dos falantes.

1. Gosta de falar a sua língua materna: Sim _____; Não _____

2. Quando é que fala a sua língua materna?

3. Com quem fala a sua língua materna:

- a) Filhos: Sim _____; Não _____
- b) Irmãos: Sim _____; Não _____
- c) Pais: Sim _____; Não _____
- d) Cônjuge: Sim _____; Não _____
- e) Avós: Sim _____; Não _____
- f) Amigos: Sim _____; Não _____
- g) Colegas de serviço: Sim _____; Não _____

VIII. Avaliação da urgência de documentação (da língua).

- 1. Existe alguma gramática nesta língua local? Sim ____; Não ____
- 2. Algum dicionário? Sim _____; Não _____
- 3. Algum Livro? Sim _____; Não _____
- 4. De que género/tipo?
- 5. Romance: Sim _____; Não _____
- 6. Conto: Sim _____; Não _____
- 7. Livro de poesia: Sim _____; Não _____
- 8. Livros de canções (Exemplo:
Hinários): Sim _____; Não _____
- 9. Científicos: Sim _____; Não _____
- 10. Outros: Sim _____; Não _____

IX. 1. Número absoluto de falantes (cf. INE)

_____ Falantes. (N/A)

2. Proporção de falantes em relação ao número total da população. (cf. INE)

_____ % de moçambicanos. (N/A)

Muito obrigado pelo tempo dispensado!

Anexo 2: Diários de Campo

Anexo 2.1.1: Distritos de Govuro e Inhassoro, 18 a 24 de Julho de 2010.

Assistentes de Investigação: *Crisófia Langa e Zeferino Ugembe*

Dia 1: 18 de Julho de 2010.

Partimos de Maputo cerca das 12h00 e aterrámos no aeródromo de Inhambane às 13h00. Imediatamente, começámos a procurar uma viatura para alugar. As negociações feitas ao telefone celular a partir de Maputo sobre o aluguer de uma viatura falharam. O indivíduo com quem havíamos falado ficou incontactável.

Fomos de boleia do aeródromo à cidade de Inhambane. Não nos foi fácil encontrar uma viatura. Várias foram as pessoas que aceitavam levar-nos para Nova Mambone (Sede do Distrito de Govuro), voltar para Inhambane e regressar para nos recolher no último dia do nosso trabalho. Mas a nossa obrigação era ter uma viatura que além de nos levar para o local de investigação (Nova Mambone e Inhassoro), devia permanecer connosco todo o tempo para nos facilitar as deslocações entre os bairros. Esta foi a razão de muito debate e negociação.

Finalmente, encontramos um Sr. proprietário de um minibus que aceitou. A negociação estava em torno do valor (exigia um valor mais elevado do o que tínhamos) e do tempo que ia ficar longe da família sem aviso prévio. Depois da negociação, acordámos pagar 17.000.00MT em dinheiro além de combustível que devia ser da nossa responsabilidade. Acordámos pagar o valor em duas prestações: metade do valor no dia da partida e a outra metade depois da viagem. Dormimos no hotel *Oceano*, na Maxixe, e marcámos a partida para às 5h00 do dia seguinte.

Dia 2: 19 de Julho de 2010.

Partimos da Maxixe às 5h00 de madrugada e chegámos à Nova Mambone, sede do distrito de Govuro, às 11h00. Apresentámo-nos à Administração Distrital. Fomos bem recebidos e falámos com a Secretária Permanente que nos autorizou a trabalhar. Disseram-nos que em qualquer

sítio onde quiséssemos trabalhar, devíamos procurar falar com o chefe/representante desse local para ter autorização.

A Escola Primária Completa de Nova Mambone foi o sítio escolhido para iniciarmos as nossas entrevistas. Infelizmente, não conseguimos realizar o trabalho porque os alunos da 7ª classe (nosso grupo-alvo) entram no período de manhã. O professor com quem falámos aconselhou-nos a voltar no dia seguinte no período de manhã.

Depois fomos ao mercado, que fica muito próximo da escola. Falámos com o fiscal e este facilitou-nos o contacto com as vendedeiras. Se não fosse a ajuda do fiscal a entrevista com as vendedeiras teria sido muito difícil. As primeiras vendedeiras a entrevistarmos negaram responder à entrevista. Disseram não ver a importância de fazer um trabalho do qual não seriam pagas enquanto nós seríamos pagos.

Pedimos a intervenção do fiscal neste caso, sobretudo, pela dificuldade de nos comunicarmos com as vendedeiras e língua Cindau. O fiscal aconselhou-nos a comprar qualquer coisa para dar às senhoras ao mesmo tempo que explicava às senhoras que se tratava de um trabalho da escola.

Comprámos sandes, refrescos e cerveja para as pessoas a quem pretendíamos entrevistar. Devido às dificuldades da língua, pedimos ao fiscal para interpretar. Esta resistência verificou-se apenas no lado das senhoras e não dos senhores. Desta entrevista ficámos a saber que a língua mais falada em Nova Mambone era Cindau e não Xitshwa como pensávamos. Em muitas ocasiões, como reuniões, a língua usada é Cindau. O Xitshwa e Português são usados para interpretação. No mercado, vários foram os casos de pessoas que falavam apenas Cindau.

O Xitshwa é a segunda língua mais falada depois de Cindau. Os vatshwa que operam em Nova Mambone são obrigados a aprender Cindau para poderem comunicar-se. Um caso que particularmente chamou a nossa até atenção relaciona-se com o negócio no mercado que é praticado quase exclusivamente por senhoras. Segundo elas, os homens *vandau* mandam as esposas para o mercado e eles ficam em casa.

A maior parte de homens que vende no mercado é constituída de *vatshwa* provenientes de Pande, Inhassoro e Vilankulu.

O dia seguinte ficou marcado para entrevistar alunos da EPC de Nova Mambone, Escola Secundária e funcionários da Rádio comunitária e com alguns líderes comunitários se ainda houvesse tempo.

Dia 3: 20 de Julho de 2010

Escalámos a EPC de Nova Mambone, Escola Secundária de Doane (no bairro Doane ou Jenga), a rádio comunitária (Rádio Save) e líderes comunitários. Na EPC entrevistamos alunos da 7^a classe. Ficámos a saber que durante as aulas, em caso de dificuldades de compreensão na parte dos alunos, os professores usam Cindau para explicar as matérias. Porém, o Cindau não é formalmente usado como língua de ensino, apenas é usado com recurso em certas situações.

Na Escola Secundária, segundo os alunos entrevistados, é proibido falar Cindau. Falar Cindau na escola é motivo de repreensão ou punição pelos professores. Os alunos da Escola Secundária disseram que havia um jornal produzido na escola em Português e traduzido para Cindau e Xitshwa na Rádio Save.

Nas duas escolas (EPC e Secundária) encontramos casos de alunos que, mesmo sendo *vandau* e sabendo falar Cindau, não disseram que gostavam de falar Cindau. Outros disseram que apenas falam Cindau pela obrigação dos pais e não pela decisão pessoal. Disseram que entre colegas, mesmo fora da escola, falam Português.

Depois da Escola Secundária fomos à Rádio Save, na comunidade Doane ou Jenga. Falámos com 4 funcionários entre locutores, jornalistas e funcionários de limpeza. Segundo eles, encontrámos poucos funcionários pela hora em que fomos à rádio (12h00), pois muitos estavam no intervalo de almoço. Nesta rádio dá-se notícias em 3 línguas: Cindau, Xitshwa e Português.

O uso das outras duas línguas para além do Cindau na Rádio Comunitária local deveu-se ao facto de se ter constatado a presença de muitos vatshwa que não sabem falar Cindau e de pessoas vindas de outras partes do país que não entendem as duas línguas. Os funcionários da rádio defenderam a ideia de se introduzir as línguas locais no ensino formal.

Depois da rádio, fomos ao bairro Josina Machel para falar com os lí-

deres comunitários. Marcou-se o encontro com os líderes locais para às 7h00 do dia 21 de Julho de 2010. Depois deste encontro partiríamos para Inhassoro.

Dia 4: 21 de Julho de 2010

Saímos da pensão onde estávamos hospedados prontos para partirmos ao distrito de Inhassoro. Mas antes tínhamos o encontro com os líderes comunitários que acabou sendo alargado a secretários de bairros e outras pessoas idosas. Eram mais de 20 pessoas ao todo. Disserem terem gostado muito do encontro e do assunto tratado. Segundo eles, os *vatsw* são o povo originário de Nova Mambone. Os *vandau* chegaram a Nova Mambone por via de casamentos, vindos de Machanga, Sofala.

Actualmente, a maioria dos residentes (naturais) de Nova Mambone é *vandau* e Cindau é a língua mais falada de Nova Mambone. Os poucos *vatsw* que existem Nova Mambone estão lá em questões de negócios. Ainda segundo as pessoas da comunidade, há livros escritos em Cindau entre dicionários, gramáticas, livros de contos, hinários, livros religiosos e outros. Estes livros estão na posse de algumas pessoas que não partilham com outros por falta de interesse na leitura e aprendizagem da língua Cindau. Segundo eles, muitos livros estão com padres.

A comunidade defendeu que se devia usar a língua local para o ensino na escola. Todos os presentes no encontro disseram que nas suas casas falam Cindau e ensinam Cindau aos seus filhos a falar e valorizar Cindau. Para eles, não há razão de uma criança falar só Português, língua estrangeira e desprezar a sua. Perguntámos aos presentes qual seria a língua ideal (entre Cindau e Xitshwa) a introduzir em Nova Mambone, se se decidisse pela introdução das línguas locais no ensino formal. Todos disseram que a língua ideal é Cindau, pois a maioria dos residentes de Nova Mambone fala Cindau.

O encontro terminou às 11h00 e partimos para Inhassoro aonde chegámos às 14h00. Apresentámo-nos à Administração Distrital onde as nossas credenciais foram assinadas e fomos autorizados a trabalhar. Fomos entrevistar vendedores do mercado de Inhassoro. Servindo-nos de exemplo de Nova Mambone, comprámos sandes, refrescos e cerveja para as pessoas que pretendíamos entrevistar.

Os vendedores do mercado de Inhassoro foram mais simpáticos/simples em comparação com os de Nova Mambone por dois motivos. Por um lado, porque com a lição de Nova Mambone, nós também fomos simpáticos. Antecipámo-nos dando sandes e bebidas às pessoas. Por outro lado, porque entendemos perfeitamente a língua falada em Inhassoro. Por isso, não precisámos de interpretação.

Algumas pessoas ficaram ansiosas em saber quando as línguas moçambicanas seriam introduzidas no ensino formal. Fazendo uma comparação com outros países como África do Sul e Zimbabwe, os vendedores do mercado disseram que seria melhor as crianças aprenderem a escrever nas suas línguas maternas antes de saberem escrever em Português e Inglês. Um indivíduo chegou a perguntar se havia possibilidade de ele ter uma capacitação em Xitshwa para depois ensinar.

Para o dia seguinte, 22 de Julho de 2010, iríamos visitar as escolas (EPC e Secundária), a rádio comunitária marcar encontros com e os líderes comunitários para o dia 23. Não há rádio comunitário em Inhassoro, por isso não temos informação sobre a comunicação social neste distrito.

Dia 5: 22 de Julho de 2010.

Visitámos a Escola Primária Completa e a Escola Secundária locais. As duas escolas estão no mesmo bairro – Bairro Sede, próximo do mercado. Entre as duas escolas existe um centro internato. Começámos pela Escola Secundária.

Diferente de Mambone, o Director da Escola Secundária perguntou-nos se a entrevista era do conhecimento do Director Distrital de Educação. Segundo ele, não é permitido trabalhar na área de educação sem o consentimento do respectivo Director Distrital. Tentou ligar ao Director Distrital de Educação, mas não conseguiu falar com ele.

A falta de comunicação entre o Director da Escola e o Director Distrital fez-nos demorar mais de 20 minutos a espera do despacho no gabinete do Director. Cansado de insistir a ligação, disse-nos que podíamos trabalhar, mas com a autorização do Director Pedagógico. As nossas credenciais foram assinadas na escola. O mesmo aconteceu na EPC. Em conversa com o Director, ficámos a saber que pela ordem da escola (e talvez da Direcção Distrital), os alunos são proibidos de falar línguas maternas

na escola, mesmo fora da sala de aulas. Fizemos entrevista na companhia de alguns professores. Depois demos lanche.

Alguns alunos entrevistados disseram que não gostavam de falar as suas línguas maternas. Há certos alunos que disseram que não sabiam falar nenhuma língua moçambicana, mas descobrimos que estavam a mentir – sabem falar, mas não gostam, criaram ódio porque são línguas proibidas. Depois da escola secundária fomos à EPC, que fica próximo da escola secundária. Na EPC não encontramos o director da escola nem o director pedagógico. Mas um professor encarregou-se de assinar as nossas credenciais e autorizou-nos a trabalhar.

A atitude dos alunos da EPC de Inhassoro é a mesma que a de alguns da escola secundária de não gostarem das suas línguas maternas. Nesta escola encontramos um aluno que nos disse que a língua de Inhassoro era o Português, pura ignorância. Este aluno disse que não gostava das línguas moçambicanas, não gostava de quem fala línguas moçambicanas e nunca teria amigos que falam línguas moçambicanas. Ele vive em Inhassoro há mais de 7 anos, mas até agora não entende nem sequer uma única palavra de Xitshwa. O comportamento deste aluno foi o mais horrível de todos outros, apesar de terem sido muitos os alunos que disseram que não gostavam das línguas moçambicanas. Parece que aqui a acção da escola no combate às línguas moçambicanas está a ter muito sucesso.

Depois das entrevistas nas escolas, fomos à procura de líderes comunitários na companhia de um indivíduo. A líder comunitária com quem falámos disse que o encontro só podia ser às 12h30 do dia 23 de Julho de 2010, devido à sessão de visitas/apresentação do novo Administrador do Distrito de Inhassoro.

Dia 6: 23 de Julho de 2010.

Este foi o último dia do trabalho de campo. A líder comunitária marcou 12h30 para o encontro. Encontramo-nos na localidade de Feketi, no Bairro Sede. As pessoas atrasaram-se a chegar – a própria líder com quem falámos, não esteve no encontro. Iniciámos a entrevista às 13h00. Reunimo-nos com 12 pessoas, 11 das quais eram senhoras e 1 senhor. Disseram que a maioria das pessoas estava na sessão de visitas do novo Administrador do Distrito. Algumas das que estiveram na entrevista saí-

ram dessa sessão e depois da entrevista tinham que regressar à reunião.

A língua de Inhassoro é Xitshwa, disseram. Os residentes de Inhassoro convivem com os *vandau* provenientes de Nova Mambone e *Vatsonga* vindos da ilha de Bazaruto e Benguera, muitas vezes por negócio ou casamento. Por causa desta convivência, alguns residentes de Inhassoro falam ou entendem Cindau e Xitsonga. Porém, a obrigação de qualquer pessoa que quer trabalhar em Inhassoro, sobretudo na área de negócio, é aprender Xitshwa.

As reuniões em Inhassoro são feitas, na sua maioria, em Xitshwa. Se o orador falar Português, há sempre obrigação de se ter interpretação em Xitshwa. O mesmo acontece nas igrejas – a pregação é feita em Xitshwa e muitas vezes sem interpretação. Mas se o pregador falar Português haverá obrigação de interpretar para Xitshwa. Eles disseram que nas suas casas falam sempre Xitshwa e ensinam aos seus filhos a falar e valorizar a sua língua.

Quando perguntámos sobre o comportamento dos alunos (seus filhos) que disseram que não gostam das suas línguas maternas, falam por obrigação dos pais e sobre o director que a interdita o uso das línguas locais na escola, responderam que o próprio director não é português, é um moçambicano. Por isso, não vêem a razão de ele valorizar a língua do outro em detrimento da sua própria língua. Disseram que os seus filhos estão *malucos* – gostam de Português, mas falam mal.

Eles disseram que há livros escritos em Xitshwa, alguns usaram estes livros na escola quando eram alunos no tempo colonial. Mas agora não sabem onde estão estes livros. Os únicos livros existentes em Xitshwa são a bíblia e hinários que usam nas igrejas. Defenderam a ideia de se introduzir as línguas locais no ensino formal. Não há rádio comunitária em Inhassoro, nem há jornal local.

O encontro terminou às 15h00 e partimos para Maxixe, de regresso a Maputo.

Maputo, aos 26 de Julho de 2010.

Anexo 2.1.2: Distritos de Govuro e Inhassoro, 29 de Julho a 2 de Agosto de 2010.

Assistente de Investigação: Zeferino Ugembe

Dia 1: 29 de Julho de 2010.

Partimos de Maputo às 13h00 do dia 29 de Julho e dormimos na Maxixe aonde chegámos ao fim da tarde.

Dia 2: 30 de Julho de 2010:

Às 5h00 da manhã, partimos de Maxixe para Inhassoro. A viatura em que viajávamos avariou pelo caminho antes de chegarmos a Inhassoro. Procurámos outra viatura. Chegámos à sede do distrito de Inhassoro às 11h00. Tivemos facilidades de trabalhar porque já conhecíamos o terreno e algumas pessoas. Antes de chegarmos à sede do distrito, passámos com a casa da líder comunitária e pedimos um encontro para o dia seguinte com a comunidade.

Neste distrito, o nosso alvo eram vendedeiras do mercado, jovens, estudantes e não estudantes, líderes religiosos e a comunidade (entrevista colectiva). Após a assinatura das credenciais, fomos ao mercado entrevistar vendedeiras. Ainda no mercado, tivemos indicações sobre como e onde poderíamos encontrar os líderes religiosos. A população mostrou-se agastada pela situação actual da língua materna falada em Inhassoro – Xitshwa.

Segundo muitos entrevistados, com destaque para os líderes religiosos, o que se fala actualmente em Inhassoro já não é aquele Xitshwa que eles conheciam. O Xitshwa actual mistura-se com muitas línguas, sendo o Português a língua com mais influência. Um dos líderes chegou a dizer que até 2015 não se falará mais Xitshwa. Segundo ele, o que se fala agora não se devia chamar Xitshwa. Em muitas igrejas, com excepção para a religião muçulmana e católica, a pregação é feita em Xitshwa. Quando há visitas, a pregação é interpretada para outras línguas.

Um outro líder religioso disse que a falta de interesse nas crianças pela língua local deve-se à atitude de alguns pais que não ensinam aos seus filhos a sua língua desde crianças. “Este comportamento vai fazer a língua

desaparecer”, disse o líder. Ele disse que na sua igreja conhece jovens abaixo de 20 anos que sabem ler e escrever a sua língua local e outros mais velhos que não sabem ler nem escrever a sua língua. Este líder referiu-se como existência de algumas famílias onde os pais só falam Português com os seus filhos em casa e nunca falam a língua local. Um outro líder disse que com a falta de valorização da língua local, não só se perde a língua, mas também a cultura e os moçambicanos passam a viver como brancos.

Dia 3: 31 de Julho de 2010:

Tivemos o encontro com a comunidade. Participaram 22 pessoas. No encontro, a comunidade também atribuiu a culpa aos pais que não ensinam aos seus filhos a língua local, de estarem a contribuir para o desaparecimento das línguas locais. Segundo a comunidade, uma criança que desde o seu nascimento nunca falou a sua língua local, será difícil a mesma criança demonstrar interesse em aprender a falar a língua local pela convivência com os amigos. A comunidade também atribuiu parte de culpa a certas igrejas: católica e muçulmana que só fazem pregação em Português. Estas igrejas nunca fazem pregação em línguas locais mesmo sabendo que a maioria dos seus congregantes não sabe falar Português e nem se preocupam em interpretar a pregação para línguas locais.

Os membros da comunidade mostraram-se agastados com a política das escolas de proibirem o uso das línguas locais. Segundo eles, os professores que proíbem os alunos de falarem as suas línguas mesmo fora da sala de aulas são também negros. Uma participante no encontro, professora primária, disse que nas escolas primárias (EPI, nas 1ª e 2ª classes), aconselham-se a professores a explicar em Xitshwa caso o aluno tenha sérios problemas em entender determinados termos em Português. Um outro participante expressou-se nos seguintes termos: “estes nossos filhos são malucos, têm mania de que não sabem falar Xitshwa, mas também falam mal Português e nem sabem escrever”. Não há nenhuma escola conhecida de Inhassoro que já implementou o ensino bilingue oficialmente. A comunidade mostrou-se feliz com o encontro. Disse que a introdução das línguas locais no ensino formal vai ajudar a preservar não só a língua, mas também a cultura.

Não há rádio comunitária em Inhassoro. Saímos de Inhassoro às 11h00 do dia 31 de Julho para Nova Mambone.

Dia 4: 31 de julho de 2010.

Chegamos a Mambone, sede distrital de Govuro, às 14h00 do dia 31 de Julho de 2010. Era Sábado e pensávamos na dificuldade de trabalhar sem permissão (assinatura das credenciais). Mas também teria sido difícil ficar dois dias sem trabalhar à espera da assinatura da credencial na 2ª feira. A ideia que tivemos foi de trabalhar durante o fim-de-semana mesmo sem permissão e na 2ª feira pedirmos a assinatura. Com alguma sorte, quando chegámos à Administração do Distrito todos os funcionários da Administração estavam a trabalhar na preparação da visita do Presidente da República. Pedimos falar com a Secretária Permanente (SP) e fomos aceites. Tivemos autorização de trabalhar, mas sem assinatura das credenciais, que só seriam assinadas na 2ª feira. E começámos a trabalhar. Em Nova Mambone, entrevistamos vendedeiras do mercado, jovens estudantes e não estudantes, líderes religiosos, funcionários da rádio comunitária e a comunidade (entrevista colectiva). Tal como em Inhassoro, aqui também os líderes religiosos e a comunidade mostraram-se preocupados com o desaparecimento da língua local.

Os líderes religiosos disseram que as crianças não sabem e nem gostam de Cindau. Um líder disse que se a geração deles (velhos e idosos) morrer será também a “morte” da língua Cindau, pois os seus filhos e netos não se preocupam em aprender a sua língua. “Será muito estranho encontrar um *mundau-português* aqui em Mambone”, disse o líder. Com estas palavras o líder referia-se ao caso de encontrar um moçambicano que tenha nascido e crescido em Mambone, mas a falar apenas a língua portuguesa.

Os líderes religiosos reconhecem muitos casos de jovens abaixo de 20 anos que não sabem ler nem escrever em língua Cindau. Um caso particular que notado no seio dos ndaus é que eles parecem não gostar de rezar. Das pessoas que entrevistámos entre líderes religiosos, vendedeiras e jovens descobrimos que muitos ndaus não rezam e a maioria dos que rezam são *vatshwa*. Alguns *vandau* chegaram a perguntar-nos “rezar para quê?” ou casos de mulheres que disseram que só vão à igreja acompanhando seus maridos (*vatshwa*). Parece que a comunidade religiosa em Nova Mambone é dominada por *vatshwa*.

Disseram que a pregação às vezes é feita em Cindau e com interpre-

tação para Xitshwa ou em Xitshwa com interpretação para Cindau. Por causa deste comportamento parece que a língua Xitshwa vai ganhando terreno em algumas comunidades via igrejas. Todas as pessoas com quem falámos reconhecem que a língua cindau tem influência de outras línguas sendo o Português e Xitshwa as que têm mais influência.

A rádio comunitária tem 12 funcionários, 2 dos quais são *vatshwa*. Disseram que a convivência entre *vandau* e *vatshwa* na rádio é muito boa. Há funcionários ndaus que se preocupam em aprender Xitshwa para poder falar com a audiência. Para os funcionários *vatshwa* é obrigatório saber falar Cindau.

Dia 5: 1 de Agosto de 2010.

Tivemos um encontro com a comunidade no qual participaram 14 pessoas. A fraca participação deveu-se ao facto de ser domingo – muitos iam às igrejas e outros estavam nos preparativos da visita presidencial. Todos os participantes mostraram-se agastados pelo desaparecimento da língua local.

Um participante disse que quando vai à casa dos seus filhos é obrigado a falar em Português para se comunicar com os netos. Ele disse que ensinou Cindau aos seus filhos, mas estes não ensinam esta língua aos filhos deles. “É assim como a língua vai desaparecendo”, disse. Os membros da comunidade disseram que em algumas escolas de Nova Mambone já há ensino bilingue introduzido oficialmente.

A comunidade disse ter gostado muito do encontro e espera com muita expectativa a valorização das línguas locais a partir das escolas. A rádio e as igrejas ajudam a preservar as línguas locais, mas a sua introdução no ensino formal é muito fundamental para a preservação, segundo a comunidade.

Partimos de Nova Mambone no dia 02/08 após assinatura das credenciais. Tivemos alguns problemas à volta de Mambone – choque entre viaturas envolvendo a viatura em que viajávamos. Não houve nenhum ferido grave.

Maputo, 06 de Agosto de 2010

Anexo 2.2.1: Nampula, 20 de a 25 de Julho de 2010.

Assistentes de Investigação: *Aníbal Victorino e Sérgio Omar*

Dia 1: 20 de Julho de 2010

Aníbal Vitorino chegou a Nampula no dia 20 de Julho de 2010 e aqui encontrou Sérgio Omar com que partiu no mesmo dia para Ilha de Moçambique aonde chegaram por volta das 17h00. Antes de tratar das questões de alojamento, o grupo foi directamente ao encontro de um chefe comunitário, Salimo Adamugy, que desempenhou a função do nosso guia de *trabalho de campo*, para lhe confirmar a nossa presença e propor-lhe o nosso plano de trabalho.

Neste breve encontro informámo-lo que íamos tratar as questões de alojamento, mas que regressaríamos ainda naquela mesma tarde para procedermos à planificação das nossas actividades para o dia seguinte. Feito isto, fomos condicionar o alojamento no “Escondidinho” e reservar o jantar numa das facilidades informais locais.

Quando fomos, novamente, ao encontro do senhor Salimo Adamugy, este conduziu-nos ao encontro do secretário do Bairro Mungaripi, a quem informamos a natureza e essência do nosso trabalho, incluindo os objectivos e relevância do mesmo para a comunidade ilhéu. Na sequência desta conversa e, porque havia pessoas contactadas e disponíveis na vizinhança, realizámos, na mesma noite, 7 entrevistas. Depois, fomos ao jantar e recolhemos aos nossos aposentos para o merecido descanso.

Dia 2: 21 de Julho de 2010.

Neste dia, as actividades iniciaram com a apresentação das credenciais, pelas 8h00, na Administração do Distrito da Ilha de Moçambique. Depois, seguimos para a casa do Régulo, para efeitos da nossa apresentação e, em seguida, começámos com a grande campanha das entrevistas, uma vez que o Secretário do Bairro já tinha passado pelas casas a mobilizar as pessoas. Nesta manhã foram realizadas 15 entrevistadas, em casas de pessoas diferentes.

Após o almoço, pelas 14h00 partimos para Lumbo, onde nos apresentámos junto do Chefe do Posto a quem explicámos a natureza do nosso

trabalho os seus objectivos e, no fim, atribuiu-nos um *guia* para a nossa circulação no bairro. Em Lumbo, foram realizadas 9 entrevistas, em casas e com pessoas diferentes. A equipa de trabalho teve de regressar à Ilha antes de anoitecer, para atender ao compromisso da sessão colectiva que tinha sido marcada para aquela tarde.

Com efeito, pelas 17h00 foi realizada a sessão colectiva em referência, que teve lugar na residência do secretário do Bairro de Mungaripi, e contou com a participação de 27 pessoas. Julgamos que poderiam ter havido mais participantes, o que não aconteceu porque o secretário mobilizou somente as pessoas que tinham sido entrevistadas e, por outro lado, pelo facto de o espaço disponibilizado ser pequeno.

Dia 3: 22 de Julho de 2010

Pelas 9h00, partimos com destino a Mossuril, aonde chegamos por volta das 10h00. De referir que, no dia anterior Sérgio Omar tivera uma informação da chefe dos Serviços de Justiça e Notariado da Ilha de Moçambique, que se deslocara a Mossuril, que o seu homólogo naquele distrito se tinha responsabilizado em organizar o alojamento para todos nós. Partimos confiantes, mas foi puro engano. Nenhum arranjo tinha sido feito para nos alojar. Felizmente, quando chegámos a Mossuril, a única pensão da sede distrital ainda dispunha de camas que ocupámos para o nosso alojamento.

Terminados estes arranjos, deslocámo-nos à Administração do Distrito de Mossuril, para efeitos de apresentação junto à Chefe do Gabinete, a senhora Maria Jamal. Depois foi-nos alocado o senhor Amândio Saide Francisco Mobia, para ser o nosso *guia* de campo.

As entrevistas seriam realizadas em dois bairros, Mingurini e Nawiriphi. Decidimos iniciar os trabalhos no Bairro de Mingurini. Por isso deslocámo-nos à residência do secretário do Bairro, mas este não se encontrava na sua casa. Assim, fomos obrigados a ir para outro Bairro, Nawiriphi, onde conversámos com o respectivo secretário, senhor Momade Mussa. Este por sua vez indicou-nos o Cabo, Jamal Bantão, para nos facilitar a circulação no Bairro.

Neste Bairro foram entrevistados 17 pessoas diferentes, em 17 casa

diferentes. As 17 horas, por motivos de falta de iluminação no Bairro, as actividades de entrevistas foram interrompidas, com vista à sua continuação no dia seguinte.

Dia 4: 23 de Julho de 2010.

Devido a situações organizativas do local de alojamento e a própria dinâmica do distrito, o trabalho de entrevistas iniciou as 9 horas. No mesmo dia realizou-se a sessão colectiva no Bairro de Nawiriphi, que contou com a participação de 15 pessoas. Findos os trabalhos neste distrito, partimos de regresso à Ilha de Moçambique onde pernoitamos até ao dia 24 de Julho.

Dia 5: 24 de Julho de 2010.

Partida à Ilha de Moçambique onde procedemos à conferência dos guiões de entrevista preenchidos e iniciámos a organização da síntese dos acontecimentos registados nos dias de trabalho e conteúdos das intervenções dos participantes das sessões colectivas, com vista à redacção do presente relatório das actividades, que teve a sua continuidade no mesmo dia, a noite, em Nampula, na Pensão Marques.

Sessões colectivas na Ilha de Moçambique e em Mussoril

Esta actividade foi realizada porque tinha sido recomendada, contudo, a sua implementação conheceu algumas dificuldades pelo facto de não ter sido providenciado ou discutido o conteúdo das questões a serem abordadas. Entretanto, a equipe de trabalho propôs-se, de entre outros, a abordar os seguintes aspectos:

- Auscultação *in loco* sobre a intensidade de uso da língua local por parte dos vários grupos etários na família e na comunidade (sociedade);
- Exploração do sentimento dos falantes sobre a possibilidade de abandono do uso da língua local por parte dos gerações actuais e vindouras;
- Auscultação sobre os factores que podem contribuir para o desenvolvimento e valorização da língua local por parte dos falantes;

- Exploração das atitudes e percepções dos falantes da língua local relativamente a outras pessoas que falam a língua portuguesa.
- Os resultados da discussão destes foram registados em notas escritas e magnéticas, cujo conteúdo pode ser sintetizado nas seguintes questões principais:
- A língua makhuwa nunca vai desaparecer, porque é muito falada por muitas pessoas. Para além disso, a língua local é considerada “uma língua base em Nampula”, “lei” e “bandeira” para dos falantes. Serve para veicular várias mensagens sem a qual não seriam entendidos por aquela maioria que não fala Português, por exemplo, os ensinamentos sobre HIV/SIDA que já tem livros e folhetos traduzidos, etc.
- As crianças estão nascendo e falam a língua local e elas aprendem-na e a usam nos vários contextos da sua vida diária. O português é língua da escola, as crianças e jovens falam com os seus professores.
- A língua local (emakhuwa) tem valor, mas não tem benefícios. As pessoas expressam-se na língua local no hospital diante do agente de saúde que a entende, mas isto não é suficiente, pois verifica-se que a língua portuguesa eleva o estatuto da pessoa que a fala, pelo facto de proporcionar uma infinidade de oportunidades e aumentar os conhecimentos.
- Para proporcionar valor e garantir o desenvolvimento, a língua Makhuwa devia ser ensinada nas escolas, devia-se produzir materiais de ensino e de leitura nesta língua, devia realizar-se a alfabetização e educação dos adultos que não sabem ler, para o que se deveria estabelecer um centro de alfabetização em língua Makhuwa na Ilha. Devia usar-se a língua makhuwa na sala de aulas e caminhar-se paulatinamente na direcção da sua promoção através do seu uso nas instituições oficiais de tomada de decisão, por exemplo, no Parlamento da República, Assembleias provinciais.
- Os falantes da língua local reconhecem que os jovens “modernos” não gostam da língua e podem ser os mesmos a contribuir para a extinção da língua no futuro. Porém, constatam que para os pais que se comunicam em português com os seus filhos em casa,

falam e se comunicam em Makhuwa quando se encontram com seus amigos fora de casa e da escola.

- Para efeitos de introdução no ensino da língua Makhuwa deve-se ter em consideração a variação dialectal. O Makhuwa que deve ser ensinado deve ser o “leve”, porque o Emakhuwa falado, por exemplo, na Zambézia, Niassa e Cabo Delgado é “pesado”. Por isso, é necessário harmonizar as variantes da província de Nampula, para efeitos de ensino.

Dia Dia 6: 25 de Julho de 2010

Terminado o trabalho no dia anterior, um dos assistentes de investigação regressou a Maputo no dia 25 de Julho.

Conclusões e recomendações

O trabalho de campo realizado nos dois distritos da Ilha de Moçambique e Mossuril constituiu uma experiência útil, da qual se podemos tirar as seguintes conclusões e recomendações.

Conclusões

- Houve grande receptividade e colaboração pela parte dos líderes locais (os régulos e os secretários do bairro) e da população entrevistada;
- O trabalho de campo vislumbrou a importância deste projecto, na medida em que as perguntas contidas no guião de entrevista permitem captar atitudes e comportamentos dos falantes em relação à sua língua materna, como por exemplo, a “consciencialização da variação dialectal” e estatuto de língua;
- Na entrevista, o formato das questões II e VI parece ser repetitivo, embora tenham objectivos aparentemente diferentes;
- Os locais visitados para recolha de informação são de predominância de residentes que professam a religião islâmica, tanto que os resultados destas entrevistas assim o provam;
- As sessões colectivas foram marcos importantes, tendo funciona-

do como actividade complementar das entrevistas, na medida em que permitam uma intervenção aberta dos falantes na exposição das ideias e sugestões;

- A gratificação monetária dos guias de campo desempenhou um papel importante na mobilização e participação dos entrevistados.

Recomendações

Rever o guião de entrevista, tendo em consideração a possibilidade de incluir outras questões a explorar;

Replicar o trabalho de campo noutras zonas, de preferência numa grande cidade e religiosamente heterogénea, havendo possibilidades para o efeito. Esta opção permitiria aferir as atitudes dos que professam outras religiões, por exemplo, católicos sobre a sua língua local.

Nampula, aos 25 de Julho de 2010.

Província de Nampula, 29 de Julho a 2 de Agosto de 2010.

Assistente de Investigação: *Sérgio Omar*

Dia 1: 28 de Julho de 2010.

No dia 28 pelas 18:00 recebi o e-mail enviado pelo Professor Ngunga onde continha todas as instruções para a realização da actividade, de seguida por volta das 19 horas fui consultar a conta bancária onde encontrei um montante 33.600.00 Mts.

Dia 2: 29 de Julho de 2010.

No período da manhã fui ao banco pagar o seguro, depois do banco entrei em contacto com a empresa que fornece os trabalhos de transporte e de seguida efectuei os pagamentos, esperando pelo envio da credencial. Esta só foi enviada por volta das 15.30. De seguida tratei de fazer fotocópias dos inquéritos e logo entrei em contacto com os *focal points* na Ilha e Mossuril.

Dia 3: 30 de Julho de 2010.

No dia 30 partimos de Nampula às 6h00 e chegámos em Mossuril às 8h45. Logo que chegámos, fomos directamente ao Governo do Distrito onde falámos com Chefe do Gabinete do Administrador. Apresentámos a credencial e fui encontrar-me com a pessoa de contacto para em seguida, partimos em direcção a Ilha de Moçambique, aonde chegámos por volta das 10h20. À chegada, fomos a Administração do Governo da Ilha de Moçambique onde, mais uma vez, apresentei a minha credencial. Depois disso fomos tratar da nossa acomodação e alimentação, e a seguir fomos a Mesquita tendo em conta que se tratava duma sexta-feira.

No período da tarde trabalhei com 15 pessoas dentre as quais 5 do Centro Multi-Media da Ilha de Moçambique, por sinal uma das rádios geridas com fundos da UNESCO, e mais tarde com 5 líderes religiosos muçulmanos e 2 católicos e outras 5 pessoas adultas. A maioria dos habitantes da Ilha de Moçambique pratica a religião muçulmana.

Dia 4: 31 de Julho de 2010.

Continuação das entrevistas no período da manhã com outros grupos-

alvos e depois do término por volta das 11h00 horas partimos a Mossuril onde também trabalhei com alguns grupos-alvos. Aqui pernoitámos e continuamos no dia seguinte.

Dia 5: 01 Agosto de 2010.

Retomámos as actividades de manhã cedo tendo terminado por volta das 15 horas. Depois de finalizar a actividade fui a casa do Régulo para agradecer, e depois à da casa do Chefe do Gabinete, com o mesmo propósito. Finalmente tive o último contacto com o *guia* antes de partir em direcção a cidade de Nampula.

Dificuldades

A grande dificuldade foi a de encontrar o grupo-alvo (mulheres de diferentes idades) que o professor tinha recomendado visto que muitas mulheres não gostam de falar. Depois de grande trabalho de sensibilização dos líderes, elas colaboraram. Trabalhar na zona costeira é bastante complicado, o que me ajudou foi a língua e a religião.

Informações Importantes

Durante o trabalho obtive algumas informações tais como:

- Nos anos 80 o padre Pires Prata viveu na Ilha de Moçambique, Mossuril e na Missão de Teterrene em Meconta ao longo da estrada para Namialo. Na Ilha trabalhou como Padre e professor na Escola Comercial Covilhã, actual escola secundária da ilha de Moçambique.
- A palavra ou a língua Enahara provém de praia (maré) *epahaari* em Enahara quer dizer maré.
- O Nahara, segundo alguns falantes, é uma mistura do Emakhuwa Swahili, Árabe e Malgaxe.
- Nas regiões de Mossuril e Ilha de Moçambique haviam grandes centros de estudos da língua Makhuwa orientadas pelos padres Combonianos residentes naquela região, embora tivessem um forte poderio islâmico.
- As populações praticantes da religião muçulmana não frequentavam a escola porque os pais diziam que lhes seria dada a carne

de porco pelos portugueses, o que constitui um pecado para os muçulmanos. Por isso, os meninos eram colocados nas escolas *corânicas* e de *Maulide* e *Parasanji* para realizarem umas actividades religiosas.

Conclusões

O trabalho é bastante interessante, tive a oportunidade de ouvir dos próprios falantes afirmarem categoricamente que o Makhuwa e a sua variação, o Nahara, não vão desaparecer, visto que todos falam tanto em casa como na escola.. Os falantes gostariam de ter escola de alfabetização da língua makhuwa e produção de muitos livros.

Os funcionários afectos as Rádios Comunitárias da Ilha e Mossuril foram unânimes em afirmar que o Makhuwa vai continuar porque nas suas rádios apesar de haver interferência da língua portuguesa.

Nas duas regiões onde trabalhei há um número reduzido de católicos, por isso vão encontrar um número reduzido de praticantes desta religião.

Recomendações

A recomendação que eu deixo é que o inquérito seja analisado na última pergunta. E que trabalhos desta natureza são importantes para o pulsar da vitalidade linguística do Makhuwa nestas regiões, mas também gostaria que contemplassem outras regiões para ver a veracidade da situação linguística da mesma.

Província de Sofala: 18 a 24 de Julho de 2010.

Assistentes de Investigação: *Názia Nhongo e Jaime Miranda*

Dia 1: 18 de Julho de 2010.

Neste dia partiu de Maputo uma das assistentes de investigação com destino à Cidade da Beira onde se juntaria ao colega ali residente e com o qual iria realizar o trabalho de campo na província de Sofala.

Dia 2: 19 de Julho de 2010.

Este dia seria o primeiro dia do nosso trabalho de campo na província de Sofala onde tínhamos eleito o distrito de Nhamatanda como o nosso primeiro destino e para onde partimos às 6:20 deste dia. Poucos mais de duas horas depois, quando eram 08h45, chegámos a Nhamatanda. Apresentámo-nos à Administração Distrital onde fomos recebidos pela equipa da Secretaria Permanente Distrital que nos conduziu ao Gabinete da senhora Secretária Permanente.

Falámos do projecto, dos seus objectivos e dos resultados esperados. Foi uma conversa aberta e franca, tendo havido espaço para ela sugerir a realização da pesquisa na localidade de Tica onde seria fácil o acesso às escolas, o que não seria possível em Nhamatanda.

A seguir pedimos apoio na marcação de algumas entrevistas com os líderes comunitários na Sede Distrital. As entrevistas foram marcadas para às 9h00 do dia seguinte (20 de Julho).

Às 10h30 saímos da sede do Governo Distrital em direcção à Rádio Comunitária, uma vez que não era possível estabelecer contacto com estudantes das escolas, por estas se encontrarem a cerca de dois quilómetros da Vila Sede.

Apresentámo-nos à Rádio Comunitária (Nhamatanda Sede) quando eram 11h45. Devido à hora e ao facto de não se ter informado com antecedência, foi difícil o contacto com os locutores que trabalham em línguas moçambicanas. Mesmo assim, foi possível entrevistar 14 trabalhadores daquela Rádio Comunitária, entre jornalistas e estudantes voluntários. Os trabalhadores iam chegando de acordo com a agenda de trabalho de cada um. As entrevistas foram acontecendo à medida que estes iam chegando.

Dos jornalistas entrevistados, grande parte afirmaram que as línguas que se falam naquela localidade são Ndau e Sena. Existem, segundo os mesmos, uma consolidação destas línguas, o que antes não acontecia. Disseram notar-se que existe valorização dessas línguas na própria rádio uma vez que, na sua maioria, os programas da língua portuguesa são traduzidos para Ndau ou Sena.

Sentimos uma grande aceitação da pesquisa por parte dos entrevistados, que ressaltaram que se está a precisar de um trabalho deste género uma vez que constitui uma motivação para o desenvolvimento da produção escrita. Muitos disseram que apenas sabem fazer a tradução oral das notícias, mas não conhecem a escrita das línguas que usam para este fim.

As entrevistas terminaram às 16h00, altura em que regressámos à Cidade da Beira. Mas antes de regressarmos à nossa procedência, deixámos algum dinheiro para se agradecer a colaboração .

Dia 3: 20 de Julho de 2010.

Tivemos informações quase exactas sobre a distância da Beira para Tica, o local aonde iríamos trabalhar neste dia, partimos às 6h00.

Antes de chegarmos ao destino, a viatura que nos transportava teve uma avaria que nos impediu de chegar cedo à Vila Sede de Nhamatanda onde se ia relizar o encontro com os líderes comunitários marcado no dia anterior para às 9h00.

Dada à situação e para tentar ganhar tempo, decidimos formar dois grupos de trabalho: Um deslocar-se-ia à Vila Sede para entrevistar os líderes comunitários e outro ficaria em Tica para entrevistar alunos e professores nas escolas.

O Grupo de Tica chegou aqui às 9h30, onde se apresentou ao Posto Administrativo. Infelizmente a Chefe do Posto encontrava-se ausente, por motivos de saúde. Depois de tamanha insistência, deslocámo-nos às escolas, primeiro à Escola Secundária e depois e à Escola Primária. Esta escolha deveu-se ao facto de, na Escola Secundária de Tica, se encontrarem naquele momento turmas da 10ª classe, um dos nossos grupos focais. Embora o Director também estivesse ausente, devido a problemas de saúde, conseguimos reunir com uma turma da 10ª classe.

Depois da apresentação à direcção e de ter explicado os objectivos do trabalho, realizaram-se algumas entrevistas com 12 alunos de uma turma de 43 alunos da 10ª classe. Os 12 alunos foram seleccionados de forma aleatória sendo grande parte deles falantes da língua ndau. Muitos alunos pareciam falar uma mistura linguística envolvendo Ndau e Sena, denunciando a sua convivência social. Enquanto se entrevistava os seleccionados, constatou-se que quase todos os restantes alunos conversavam em tom baixo nas sua língua local (Ndau para alguns e Sena para os outros).

As entrevistas terminaram às 13h00, depois do que oferecemos um lanche aos participantes bem como à direcção da escola.

Quando eram 13h10, deslocámo-nos à Escola Primária Completa de Tica. Como é da praxe, aqui nos apresentámos à direcção da escola onde falámos com a respectiva directora a quem foi dada a explicação sobre o trabalho a realizar-se, os seus objectivos e os resultados esperados.

Para realizar as entrevistas, foi posta à disposições dos pesquisadores uma turma de 55, alunos da 5ª classe, todos sentados em carteiras, tendo sido seleccionados aleatoriamente 10 para as entrevistas.

Tal como na escola secundária, aqui também verificámos o cenário de conversas, nas línguas locais (Sena e Ndau) entre os alunos não entrevistados. Portanto, os alunos não falam a língua portuguesa senão em situação de aula.

Todavia, quando os pesquisadores quisessem saber por que razão alguns conversavam em tom baixo nas línguas locais, os alunos procuravam distanciar-se em relação à situação, mas depois justificavam que o Professor não lhes permitia usar tais línguas dentro da sala de aula. Outros alunos acrescentavam que os próprios professores, em recreio ou em algumas explicações em que o aluno não percebia a matéria, usavam Ndau ou Sena para se comunicar ou para explicar alguns assuntos.

As entrevistas na Escola Primária Completa de Tica terminaram às 15h30. Como sempre, depois das entrevistas oferecemos um lanche à turma e aos membros da direcção da escola. Logo a seguir partimos para a Cidade da Beira.

Dia 4: 21 de Julho de 2010.

Como de costume, e porque nunca se sabia o que poderia acontecer

ao longo da viagem, partímos com destino a Nhamatanda às 6h00. As entrevistas com os régulos marcadas para o dia anterior tinham sido adiadas devido à nossa chegada tardia ao local, por causa do acidente a que nos referimos atrás.

Chegámos a Nhamatanda às 9h00. Mais uma vez a equipa dividiu-se em dois grupos. Só foi possível reunir três régulos com quem se teve uma entrevista oral (registada em fita magnética). Este trabalho terminou às 11h30 com a entrega de algum valor monetário em sinal de agradecimento pela colaboração prestada.

A outra parte da equipa permaneceu em Tica para marcar e aplicar uma entrevista com os vendedores do Mercado. Devido à ausência da Chefe do Posto, que ainda se encontrava doente, houve muita dificuldade para se conseguir obter a autorização no Posto Administrativo, para se realizar uma entrevista com os líderes comunitários, vendedores e vendedoras do mercado local.

Mesmo assim, foi possível convencer as autoridades presentes sobre a importância do trabalho e foi dada a autorização para uma entrevista com 11 representantes de líderes comunitários do Posto Administrativo. Esta entrevista foi oral e gravada em fita magnética. Na maioria dos casos, o discurso foi realizado na língua Sena embora uma grande parte dos presentes defenda que a língua daquela localidade não é Sena nem Ndau, mas *Mabangwe* – *uma mistura das línguas Sena e Ndau, falada no interior e que agora está em perigo porque ninguém a fala*. O que é interessante é que todos eles faziam essas afirmações ou Sena ou Ndau, ou mesmo em Português. Portanto, mesmo que se considerar como verdadeira a reivindicação dos membros da população local, não se conseguiu obter indícios de que tal Bangwe seja uma língua falada actualmente no local.

Terminadas as entrevistas, ofereceu-se algum valor em dinheiro aos participantes, uma vez que não havia condições para se pagar um lanche.

Depois daquela entrevista, o grupo de pesquisa rumou para mercado local quando eram cerca de 14h00. Burocracia total! A dificuldade de encontrar pessoas disponíveis foi muito grande. Depois de muitas “voltas”, foi possível encontrar 10 vendedeiras do mercado. Solicitámos alguém para fazer tradução/intérpretação da entrevista de Português para Sena, uma vez que grande parte das vendedeiras usa esta língua desde que nas-

ceu. O outro assistente de investigação falante desta língua (e de Ndu) estava a entrevistar outras 10 vendedeiras do mesmo mercado. Portanto, as entrevistas com este grupo de população aconteceram em duas línguas, a saber, Sena e Português.

No grupo das 10 vendedeiras que estavam a ser entrevistadas pelo outro assistentes de investigação, o procedimento foi ligeiramente diferente, uma vez que metade dos membros do grupo falava Português e a outra metade não. Por isso, as entrevistadas eram elas mesmas tradutoras/intérpretes das perguntas feitas que lhes eram colocadas. Às vezes o entrevistador, porque também conhecia a língua, explicava exactamente o que se pretendia numa questão.

As entrevistas terminaram às 16h30 e, em seguida, procedeu-se em seguida à entrega de algum valor monetário a cada entrevistada. Depois deste ritual, que marcou também a conclusão do trabalho de campo no Distrito de Nhamatanda, encetámos o regresso à cidade da Beira.

Cidade da Beira

Dia 5: 22 de Julho de 2010.

Depois de cerca de quatro dias de residência na Cidade da Beira e de trabalho no distrito no Distrito de Nhamatanda, iniciámos o nosso trabalho no local de residência, o que tínhamos estado a aguardar com alguma expectativa uma vez que ficava para atrás a ansiedade de nos entregarmos às estradas todas as manhãs sem a certeza de cumprirmos o nosso programa por razões diversas. Com efeito, na manhã do dia 22 de Julho apresentámo-nos à Direcção de Educação da Cidade da Beira onde nos encontrámos com o respectivo director às 8h30.

Durante o encontro, foi feita a apresentação da equipa bem como do programa de trabalho a ser realizado na Escola Samora Machel e na Escola Primária Completa de Matacuane.

Para ganhar tempo, replicou-se a estratégia de divisão do grupo em dois subgrupos. Um foi para a Escola Samora Machel e outro para Escola Primária Completa de Matacuane.

De imediato, rumámos para cada uma das escolas.

Na Escola Secundária Samora Machel, o grupo apresentou-se à direcção da Escola, mas, porque se tratava da última semana de aulas, quase que não encontramos estudantes ou turma da 10ª classe disponíveis para participar na pesquisa.

Depois da conversa com os poucos estudantes espalhados pela escola e preocupados com a recepção de testes finais e respectivas notas, foi possível reunir um grupo numa mesma turma com promessa de um lanche no fim do nosso trabalho. Não tivemos apoio dos professores porque eles também, estavam preocupados com o cumprimento dos seus deveres, normalmente inúmeros no final de semestre.

Dos 20 alunos que se mostraram disponíveis, foram seleccionados 14, a maioria dos quais nascidos na Cidade da Beira e falantes da língua portuguesa. Alguns deles afirmaram que usavam o Sena ou Ndaus quando precisassem de dizer piadas ou ainda quando estivessem em conversas com pessoas idosas (avós). Segundo os mesmos, não conhecem outras línguas ali faladas senão o Sena e Ndaus.

Os estudantes entrevistados ressaltaram que na escola, mesmo fora da sala de aula, raramente se ouve alguém a falar uma língua moçambicana, situação diferente da que testemunhámos, e relatámos anteriormente, em Nhamatanda.

Terminada a entrevista, cumprimos a promessa de pagar um lanche à turma em forma de agradecimento à prestação da entrevista.

Na Escola Primária Completa de Matacuane, o subgrupo foi recebido pela respectiva Directora que também aceitou ser entrevistada. Curiosamente, tal como apurámos em Nhamatanda, a Directora reafirmou o facto a língua da Cidade da Beira ser Mabangwe, actualmente falada pela população residente da zona Pesqueira, tendo acrescentado que este pequeno grupo populacional foi invadido pelos senas e ndaus na altura em que vigoravam as trocas comerciais. Sendo uma população não numerosa, não resistiu à luta e foi-se retirando pouco a pouco para a zona do litoral da Cidade da Beira.

Depois da entrevista, dirigimo-nos à turma que Directora tinha indicado para trabalhar. Dos 60 alunos da turma, seleccionámos 10 para participarem nas entrevistas. Este trabalho terminou por volta das 15h30, depois do que se ofereceu um lanche à toda a turma.

Dia 5: 23 de Julho de 2010.

De acordo com o nosso programa de trabalho, no dia 23 de Julho, deveríamos trabalhar com os órgãos de comunicação social (Delegações Provinciais da Televisão de Moçambique e da Rádio Moçambique).

Assim, logo cedo deslocámo-nos à Delegação Provincial da Televisão de Moçambique (TVM) aonde chegámos às 8h00. Apresentámo-nos à recepção e fomos encaminhados a uma sala de espera, onde permanecemos até cerca das 10h00. Ficámos à espera da vinda do Chefe de Redacção que nunca mais chegava. Porque tínhamos que ganhar tempo, quando já passava das 10h00, pedimos que nos contactassem caso a Chefe de Redacção chegasse. Deixámos o nosso contacto e dirigímo-nos ao Emissor Provincial da Rádio Moçambique (RM), que se situa bem ao lado da TVM. Na verdade, a Chefe da Redacção da TVM nunca mais chegou, facto que verificámos quando ali voltamos para saber se havia alguma novidade, e soubemos que não havia nenhuma. O chefe não havia chegado.

Apresentámo-nos à Recepção da RM pouco tempo depois de termos deixado as instalações da TVM. Explicámos o propósito da nossa visita e permitiram que falássemos com o chefe de programas. Aqui, como que a consolar-nos pelas dores causadas pelo insucesso de trabalhar com a TVM, tivemos uma recepção muito agradável.

Segundo o chefe de programas, era possível termos um encontro com o locutor que estava de serviço naquele momento a transmitir o noticiário em Nda. Era só uma questão de esperar um pouco. Afinal de contas, o chefe estava equivocado. O noticiário tinha sido passado às 9h00 e o tal locutor já se tinha ido embora.

Sendo Sexta-feira e tendo falecido um médico que havia prestado serviços aos trabalhadores daquela estação emissora durante muitos anos, quase todos os locutores e jornalistas estavam a preparar-se para o funeral. Sempre prestável, o Delegado garantiu-nos que conseguiria reuní-los depois da cerimónia fúnebre do médico. À tarde da sexta-feira, ninguém mais se lembrou de nós, senão antes de uma mensagem que entrou num dos telemóveis às 17h00 e alguns minutos. Era mensagem do Delegado dizendo que lamentava bastante, mas não conseguira reunir os seus trabalhadores para uma entrevista..

Porque a equipa estava dividida em dois grupos, um dos elementos já se tinha dirigido ao Conselho Municipal para uma apresentação da equipa pesquisadora.

Na companhia do mesmo de azar, fomos confundidos com membros do partido Frelimo e não tivemos sucessos e nem quiseram ouvir a preocupação que trazíamos. Pior de tudo, o Chefe do Posto, que acreditávamos seria capaz de pelo menos ouvir o que tínhamos a dizer, não se encontrava no local de trabalho. À revelia, dirigimo-nos ao mercado do Goto, onde contactámos 20 vendedores a quem entrevistámos. O trabalho terminou por volta das 18h00 e encerrámos com o pagamento de “um refresco” a estes colaboradores.

Quanto à TVM, por volta das 16h00 do mesmo dia, enviaram uma mensagem para o telemóvel de um dos membros da equipa de pesquisa a informar que não seria possível a dispensa de nenhum trabalhador para participar nas entrevistas, pois, por um lado, o pedido tinha sido formulado em cima da hora. Por outro lado, a chefe da redacção não ido trabalhar naquele dia. Portanto, era necessário que a chefia tivesse recebido o nosso pedido com antecedência de dias para tal ser possível. Por outro lado, o Chefe da Redacção não tinha ido trabalhar naquele dia.

Dia 6: 24 de Julho de 2010.

O dia amanheceu mais cedo, pois tínhamos agendado um encontro com o Régulo Luís. Assim, às 5h30 deslocámo-nos à zona do Aeroporto para um encontro com aquele líder comunitário.

Chegados à residência do Régulo, apresentámo-nos e explicámos os objectivos da nossa visita. Renovamos o nosso pedido de entrevista, o que foi aceite. Foi uma entrevista oral registada em gravador digital.

Antes da entrevista, fomos surpreendidos com uma cerimónia “espiritual” tradicional realizada por ocasião da nossa chegada. No final da entrevista, houve mais uma cerimónia. Para estas cerimónias foi-nos solicitado a aquisição de alguns bens como forma de nossa participação, sem os quais o trabalho não correria bem.

Não tendo havido tempo para aquisição de tais bens, deixámos ficar um valor simbólico para o Régulo como sinal do nosso agradecimento.

Esta entrevista marcou o fim de trabalho de campo na Beira e em Sofala e, conseqüentemente, a assistente proveniente de Maputo tratou de regressar à sua procedência.

Algumas notas sobre o trabalho de campo

A apresentação destes relatos de trabalho de campo tinha com objectivos partilhar como leitor as dores, os desesperos, as alegrias de um trabalho de campo. Geralmente, o trabalho de campo é uma experiência única, interessante, porque encerra muitas surpresas. Uma preparação cuidadosa de trabalho de campo pode ser responsável por metade do sucesso conseguido.

É importante, por conseguinte, que o investigador tenha sentido de oportunidade para ser capaz de recolher o que não estava previsto no plano inicial, mas que se apresenta importante para o trabalho, tenha uma versatilidade que permita identificar apenas o útil, bem como utilizar os melhores meios auxiliares de recolha de informação para cada situação. Nem sempre se consegue recolher, numa única viagem, tudo o que se programa. Para tal é importante a criatividade do investigador para ser capaz de inventar situações que possam favorecer o sucesso do trabalho.

O conhecimento da língua é chave do sucesso de trabalho de campo, pois esta actividade é, por excelência, uma actividade comunicativa. Se não souber falar a língua, é preciso prevenir-se e encontrar alguém que possa intermediar a comunicação entre o investigador e a população a ser contactada. O guia de trabalho de campo desempenha um papel de tamanha importância. Por isso, tem de ser criteriosamente seleccionado, de entre as pessoas que conhecem bem a zona onde o trabalho vai decorrer, a cultura e a língua das suas gentes. Não são raros os casos em que o investigador é obrigado a submeter-se a rituais de certas comunidades que correspondem ao tratamento que elas dão aos seus hóspedes. O melhor, em tais casos, é provavelmente, aceitá-los, desde que não causem danos (físicos, morais ou psicológicos), ou negociar (descuplar-se) com inteligência de maneira que não deixe transparecer nenhum sentido de desprezo e desconfiança. Tentar encontrar alternativas válidas, como foi o caso de transformar em dinheiro os objectos exigidos para a realização de um certo ritual, como aconteceu na Beira.

Nos dias que correm, o agradecimento passou a ser material, principalmente monetário. Por isso, é importante orçamentar um tal valor a ser desembolsado durante o trabalho de campo. Em alguns casos, bastará transformar uma refeição em momento de recolha de dados, desde que o investigador pague a conta. Em algumas ocasiões, até poderá ser “um copo” ou mesmo um “refresco”. Mas sempre será necessário algum dispêndio financeiro cujo montante só é determinada pela própria situação. Na presente pesquisa, apenas o grupo de Sofala insistiu que teve de pagar um lanche, dar algum dinheiro, etc. Mas não foi apenas este grupo que fez isso. Todos os grupos usaram muito dinheiro para esse fim, que muitas vezes foi chamado “agradecimento”.

O meio de transporte pode ser outra dor de cabeça. Por um lado, os “chapas” normalmente circulam altamente lotados e, quase sempre, têm problemas mecânicos por causa das vias de acesso que não permitem uma conservação adequada das viaturas, sobretudo nas zonas rurais. Por outro lado, os serviços de aluguer de viaturas são altamente caros, cobram valores quase insuportáveis para um projecto que requeira uma permanência de mais de quize dias no campo. Tendo em conta todos estes problemas, é importante definir claramente os objectivos do trabalho de campo, identificar o que se pretende recollher no terreno para evitar divagações e ganhar-se tempo; recolher o máximo possível de dados em menos tempo. Geralmente, não mais do que uma semana. Se forem necessários quinze dias ou mais, é aconselhável repartir-se o tempo em períodos de uma semana, pois quase infalivelmente surge sempre a necessidade de se voltar ao campo para completar ou reconfirmar alguma informação.

Finalmente, é importante ter seguro de viagem durante as deslocações porque tudo acontece nessas ocasiões. Além disso, um *kit* de primeiros socorros deve ser um companheiro indispensável.

